



GUIA
DE RECOMENDAÇÕES
E INSPIRAÇÃO

sobre Género e Interculturalidade

APOIOS

ESTE GUIA FOI PRODUZIDO COM O APOIO
FINANCEIRO DO PROGRAMA CIDADES
INTERCULTURAIS, CONSELHO DA EUROPA



GUIA DE RECOMENDAÇÕES E INSPIRAÇÃO

sobre Género e Interculturalidade

A [Rede Portuguesa de Cidades Interculturais \(RPCI\)](#) existe desde 2012 e é parte do programa Internacional de Cidades Interculturais, promovido pelo Conselho da Europa, que junta já mais de 150 cidades em todo o Mundo. Pretende ser um espaço de partilha e aprendizagem entre pares, com vista ao desenvolvimento de sociedades mais inclusivas onde todas as pessoas possam prosperar.

Em 2021 foi criada a cooperativa **RPCI - Rede Portuguesa das Cidades Interculturais, CRL. (RPCI Coop)** para apoiar no crescimento e sustentabilidade desta rede nacional, proporcionando a existência de cada vez mais projetos e iniciativas relevantes para o nosso contexto.



Género e Interculturalidade

O presente guia foi elaborado no âmbito do Projeto «Género e Interculturalidade» levado a cabo pela RPCI e RPCI Coop, com as cidades de Lisboa, Oeiras e Vila Verde e financiado pelo Conselho da Europa, Programa Cidades Interculturais. Este projeto nasce da vontade das cidades membro da RPCI em estudar a interseccionalidade entre fatores ligados ao género e à interculturalidade, como meio de pensar políticas públicas e práticas mais ajustadas a diferentes realidades.

ENQUADRAMENTO

No decurso do projeto foram realizados 3 webinars, com convidadas diversas, que nos apresentaram o seu trabalho neste âmbito e as suas perspetivas. O presente guia reúne as suas propostas, inspiração e recomendações. Não pretende ser um documento científico e académico, mas sim uma súmula de perspetivas resultantes de um processo de escuta realizado com Mulheres Portuguesas (e não só) oriundas de diferentes contextos socioeconómicos e étnico-culturais, com diferentes visões, experiências e vivências da sua feminilidade.

Não chamamos ao nosso guia, propositadamente, um guia de “boas práticas” porque, por um lado, todas as práticas podem trazer aprendizagens, mesmo que não tendo atingindo os resultados esperados, por outro, de acordo com **Beatriz Padilla**, investigadora integrada do CIES-ISCTE, para que as boas práticas sejam de facto “boas”, é fundamental que a sua construção seja pensada de maneira horizontal, levando em consideração as populações em causa. Isso significa a aplicação de práticas que levem em consideração as especificidades das situações e a utilização de indicadores de medição que não estejam interessados apenas em destacar casos de sucesso, mas essencialmente os processos.

Também é essencial que os serviços tenham continuidade, mesmo quando a fonte de financiamento se esgota. Ainda, para se validar uma prática como “boa” é necessário que esta tenha sido sujeita a um processo de avaliação de impactos, preferencialmente a longo termo, e sabemos que tal (embora desejável) nem sempre é possível. Por este motivo, falamos da partilha de casos práticos, perspetivas e experiências e promovemos, durante os webinars, um clima de diálogo e escuta mútua.

Segundo **Grada Kilomba** (2019), citando Collins (2000): “Há muito tempo que falamos e produzimos conhecimento independente, mas, quando os grupos têm poder desigual, têm também acesso desigual aos recursos necessários para implementar as suas próprias vozes”, o que tem resultado numa sub-representação de pessoas de diferentes grupos étnico-culturais, nomeadamente de pessoas negras e principalmente mulheres, no mundo académico e nas suas agendas. A própria definição do que é ou não “verdadeiro Saber”, logo o que é ou não considerado válido como Ciência, é dominada por perspetivas etnocêntricas e eurocêntricas que reproduzem desigualdades e relações de poder, entre elas as relações de Género e as relações Interculturais.

“Há muito tempo que falamos e produzimos conhecimento independente, mas, quando os grupos têm poder desigual, têm também acesso desigual aos recursos necessários para implementar as suas próprias vozes”

Grada Kilomba

Cátia Ramos, coach de bem-estar e atleta amadora, uma das nossas convidadas, reforçou a importância de se pensar em eventos e debates que envolvam “pessoas comuns”. Aproveitou para partilhar connosco um evento realizado em comemoração do dia da mulher cabo-verdiana em 2022, em que a comunidade decidiu propor um debate em que todas as pessoas participassem.

O resultado foi uma tertúlia muito rica e franca sobre as dificuldades da mulher cabo-verdiana na diáspora, entre outros assuntos, contando inclusive com expressiva participação masculina, em que foi possível dialogar acerca das diferenças de género de maneira saudável e respeitosa. O sucesso nesta abordagem pode ser verificado no facto de os próprios homens terem pedido outro encontro deste tipo, mostrando uma abertura na construção de novas perspetivas culturais.

«É importante pensar em eventos e debates que envolvam as “pessoas comuns”»

Cátia Ramos

Assim, acreditamos que a participação, como elemento fundamental destes processos de escuta, deve ter cada vez mais um espaço privilegiado quer na ciência, quer no planeamento estratégico das cidades, ajudando a significar e compreender as realidades diversas e validando estas perspetivas como essenciais para a construção de políticas públicas e consequentes estratégias e planos de ação verdadeiramente interculturais.



O que é interseccionalidade?

A interseccionalidade tem por objetivo ajudar-nos a ter em consideração **fatores identitários e contextuais** na nossa análise da inclusão social. Permite-nos olhar de forma não simplificada para realidades complexas relacionadas com as pertenças de cada pessoa, os seus contextos anteriores e os contextos onde se encontram.

Segundo Symington (2004, cit. por Dissens e.V., Berlin Germany, 2011), **as reais experiências de vida das pessoas podem ser afetadas por uma multiplicidade de fatores que interagem e se interseccionam de uma forma que podem representar quer vantagens quer desvantagens para o seu bem-estar e desenvolvimento.** A lista de fatores pode ser infinita e o seu nível de complexidade é elevado. Por exemplo, a definição de um grupo racializado pode ser ambígua pois este “grupo” pode ser muito heterogéneo devido a fatores como a religião, a língua e o tom de pele. O conceito de raça tem vindo a ser debatido (e substituído por pessoas racializadas), por ser um conceito socialmente construído e que se relaciona com uma determinada estrutura de poder.

Do ponto de vista da interseccionalidade, todas as categorias sociais e marcadores da diferença são socialmente construídos e não baseados em tipologias universais ou naturais, o que leva a visões muito distintas e a uma enorme complexidade.

Uma **perspetiva interseccional** permite-nos, assim, ter em consideração as múltiplas afiliações e contextos de cada pessoa como forma de compreender a sua realidade e gerar soluções mais ajustadas e apropriadas para os desafios que enfrentam, permitindo apoiar a desconstrução dos mitos relacionados com diferentes “grupos”. Sem ela, corremos o risco de homogeneizar e estereotipar quem oprime como quem se sente alvo de opressão, em supostos “grupos” (a chamada “rotulação”).

Algumas lógicas da intervenção social são contrárias a este princípio de atuação, fomentando, por exemplo, linhas de financiamento ou sistemas de suporte que apenas trabalham uma dimensão da pessoa, nomeadamente, criando falsos “grupos” como o das pessoas desempregadas ou das mulheres sobreviventes de violência, que, por serem assentes em generalizações sobre os grupos em causa, levam à criação de respostas pouco flexíveis e ajustáveis às realidades muito diferentes das pessoas que o compõem. Este tipo de lógica anula e torna invisíveis outras camadas da identidade das pessoas que desempenham um papel fulcral na sua situação e podem ser decisivas na sua inclusão (Dissens e.V., Berlin Germany, 2011).



Do que falamos quando falamos de género e interculturalidade?

Falamos essencialmente da interseção entre dois fatores da diversidade humana: a pertença identitária, étnica e cultural e o género - entendido aqui como a identidade de género de cada pessoa e o género socialmente percebido (que podem não coincidir) e não o sexo atribuído à nascença-, sabendo que tal, tanto sociologicamente como historicamente, influencia as interações humanas.

As relações de poder predominantes revelam assimetrias em termos de oportunidades entre Homens e todas as pessoas que se identificam como Mulheres, assimetrias estas que têm sido identificadas e abordadas nas sociedades europeias com avanços legislativos e sociais diversos.

Estas iniciativas reconhecem que existem desigualdades sociais e económicas entre estas diferentes expressões de género, decorrentes das diferentes perceções culturais sobre os diferentes papéis de género que, por sua vez, decorrem das relações de poder existentes, e que tal configura um problema de direitos humanos que deve ser ultrapassado. Reconhecem ainda que é necessária ação coletiva e concertada para lidar com esta questão que se expressa nas mais diferentes facetas da vida das sociedades, pelo que os planos de intervenção quer a nível europeu quer nacional convidam todos os setores a rever políticas e práticas e potenciam a colaboração intersectorial como meio privilegiado para atingir a **equidade de género**.

Tem sido cada vez mais evidente que este desafio é multissetorial e complexo, com as necessidades das mulheres sendo expressas de forma muito diferente e revelando diversidade de prioridades, valores e vontades. Estas variações abrem as portas para uma reflexão profunda sobre as pertenças étnico-

identitárias e o seu impacto na realidade de cada Mulher e, por conseguinte, da sua vivência e experiências. Não podemos encontrar respostas únicas e rápidas para questões sociais tão complexas, e essa flexibilidade e adaptabilidade podem ser atingidas adotando uma abordagem intercultural.

A criação de sociedades verdadeiramente justas assenta na **capacidade destas refletirem a diversidade de identidades que delas fazem parte**. Uma visão intercultural não só reconhece essa diversidade como a valoriza ativamente, vendo-a como uma mais-valia social e económica, promovendo a interação horizontal e respeitosa entre grupos distintos, a integração plena e sentimento de pertença e participação de todas as pessoas presentes no território.

Uma postura intercultural e interseccional implica uma aproximação participada às questões sociais, pois assume que apenas pelo envolvimento direto de todas as pessoas pode ser atingida esta integração plena. Distingue-se da abordagem multicultural por não se satisfazer com a mera coexistência de pessoas diferentes num determinado território, mas ambicionar uma verdadeira geração de relações significativas entre grupos e pessoas. Distingue-se da assimilação por reconhecer que é direito de cada pessoa manter as suas referências culturais e identitárias sem que isso signifique que não pertence à sociedade onde habita.



Do que falamos quando falamos de género e interculturalidade?

Desenvolver o pensamento crítico sobre estes tópicos começa com uma reflexão simples: reconhecemos a diferença porque somos diferentes entre nós. A diferença é evidente na relação entre pessoas diferentes. Uma relação entre diferentes pessoas pode ser construída com base no etnocentrismo (uma forma de pensamento e ação que considera a pertença cultural como base de todas as outras formas de pertença); com base na tolerância (uma forma de pensamento e ação que permite a um o poder de “tolerar” e ao outro o estatuto de “tolerado”); ou com base em assumir a importância de construir uma relação entre pessoas diferentes, em que a nossa diferença é tão vulnerável e exposta como a diferença de todas as outras pessoas (cf. Stoer & Magalhães 2005 cit por Casa-Nova. M.J. 2014).

Segundo o relatório **Migra Myths, da Associação Casa do Brasil de Lisboa** (2021) «As experiências de discriminação, de racismo e de xenofobia marcam de forma negativa a vida das pessoas imigrantes e racializadas. Isso porque afetam a garantia de igualdade de oportunidades, de igualdade de tratamento e de igualdade de direitos quando, por exemplo, é negado o contrato de arrendamento ou um emprego apenas pela pessoa ser de uma determinada nacionalidade. Além disso, a discriminação, o racismo e a xenofobia têm impactos na saúde mental, comprometem a qualidade de vida e a dignidade das pessoas migrantes. Por isso, ouvir as experiências de xenofobia, de racismo e outros tipos de discriminação, e recolher dados a partir da experiência da sociedade civil e dos movimentos sociais, é um importante passo para o combate a todas as formas de discriminação. Os números trazidos por este relatório possuem rostos, sonhos e trajetórias de vida das pessoas imigrantes em Portugal.

Estas precisam de fazer parte da identificação dos problemas que as afetam diretamente, bem como precisam de participar na construção de propostas de transformação social, na elaboração e na implementação de políticas públicas afirmativas. Finalmente, é fundamental perceber que as vivências de discriminação se alinham com os marcadores sociais como o género, a “raça”, a classe e a nacionalidade, de modo que as discriminações podem ser múltiplas e variantes na medida em que as estruturas de opressão se interseccionam. Dessa forma, é substancial repensar as nossas práticas de intervenção para garantir respostas a partir de uma perspetiva interseccional».

Acreditamos que esta abordagem é necessária para conseguir cidades mais justas, razão pela qual aceitamos o desafio de reunir dezenas de mulheres com muito para dizer e partilhar sobre as suas e outras experiências, sobre o seu trabalho e contributos para esta visão: uma sociedade com uma equidade de género verdadeiramente intercultural.

MARIA JOSÉ
CASA-NOVA

Maria José Casa-Nova, professora e investigadora na Universidade do Minho, coordenadora do Núcleo de Educação para os Direitos Humanos na mesma

instituição e coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas em Portugal, convidada como moderadora do webinar sobre “Educação, Género e Interculturalidade”, refere que qualquer sociedade é internamente heterogénea, nela coexistindo diferentes pertenças de classe, género, regionais, linguísticas, entre outras. A esta heterogeneidade interna, Portugal adiciona uma heterogeneidade externa fruto dos processos migratórios.

Os últimos dados do SEF - Serviço Estrangeiros e Fronteiras, publicados no Relatório de 2021 deste organismo, dizem-nos que na sociedade portuguesa existem 698.887 pessoas imigrantes residentes em situação legal, dos quais 359.862 (51,5%) são homens e 339 mil são mulheres (48,5%). Relevou ainda o facto de existirem 98 mil crianças e jovens entre os 0 e os 19 anos, dos quais 47.552 são raparigas, representando 14% daqueles/as imigrantes (SEF, 2021).

Considerou também pertinente chamar a atenção para o facto de esta população imigrante estar concentrada em determinadas regiões do país, com cerca de 70% das mesmas a residir em Lisboa, Setúbal e Faro. As pessoas imigrantes, tal como a população portuguesa, fixam-se mais na zona litoral do que no interior.

Maria José Casa-Nova recorda-nos que a incorporação no ensino, quer das diversas classes sociais, quer das mulheres, foi faseada no tempo.

Citando Helena Araújo (1996), “foi em 1772, com Marquês de Pombal, que tivemos as primeiras escolas de saber ler, escrever e contar” para filhos homens de artesãos urbanos, estando o ensino dos filhos (também homens) dos camponeses a cargo dos párocos.

As escolas para raparigas são criadas 18 anos mais tarde, em 1790, apenas entrando em funcionamento em 1815, ou seja, 43 anos depois e sob o ensino exclusivo das chamadas

698.887

**pessoas imigrantes
residentes em
situação legal**

359.862
homens

339.000
mulheres



Do que falamos quando falamos de género e interculturalidade?

«mestras», onde a preocupação não era com o ensino de conhecimento académico, mas com o ensino de tarefas que se considerava necessário uma mulher saber desempenhar na esfera do lar. Assistiu-se portanto a uma incorporação diferenciada e faseada no tempo das classes populares, das mulheres e de certas minorias na escola pública, nomeadamente das pessoas negras nos Estados Unidos da América e das pessoas ciganas em Portugal e Espanha, com resultados também diferenciados no que diz respeito à frequência efetiva e aos níveis de aproveitamento escolar (Casa-Nova, 2011).

Sublinhou que em Portugal existe uma escola compreensiva, que compreende todos os atores sociais. Contudo, ainda se está a construir uma escola inclusiva. Dentro do universo escolar, as crianças e jovens de origem cabo-verdiana e de etnia cigana são os que evidenciam maiores diferenças ao nível das taxas de sucesso escolar, o que remete para problemas estruturais.

Maria José Casa-Nova frisou ainda que existe uma subalternidade estrutural na sociedade visível numa maior sobrecarga da mulher na esfera doméstica e no uso da linguagem, por exemplo. A linguagem é profundamente importante, a linguagem não é neutra, sendo estruturadora de formas de pensamento que condicionam a ação. Existem várias questões naturalizadas na sociedade e que contribuem para a subalternidade estrutural da mulher. As mulheres acedem a poderes menores (poderes

subalternos) na sociedade e os homens a poderes maiores (poderes dominantes) e isso é evidente também nas formas e conteúdos da linguagem (Casa-Nova, 2006).

As sociedades não são entidades abstratas e isentas, o que nos leva à necessidade do feminismo, aqui definido como a luta pela igualdade de direitos, deveres e oportunidades entre Homens e Mulheres.

Declarou que é necessário posicionarmo-nos de forma evidente contra tudo o que contribui para construir uma sociedade desigualitária. É necessário construir práticas em que todas as pessoas estejam em igualdade de circunstâncias, em que o acesso ao poder seja igualitário porque as sociedades muitas vezes naturalizam as desigualdades. Por este motivo, é importante uma democratização do acesso ao poder.

Considerou que se assiste a um discurso corrente que afirma já não existir desigualdades de género, que é uma questão já ultrapassada. No entanto, na esfera universitária por exemplo, verificou-se que, durante a pandemia, o número de artigos escritos por homens aumentou exponencialmente, o contrário sucedeu com as mulheres, pois as escolas e centros de dia fecharam, crianças e seniores ficaram ao cuidado das mulheres e houve um retrocesso nas suas carreiras do ponto de vista científico por comparação com os homens.

Este fenómeno foi semelhante noutras áreas - 80% de todas as licenças pedidas para cuidados familiares durante a pandemia em Portugal foram pedidas por mulheres. Também está estudado que são feitos mais convites a homens do que a mulheres para proferirem conferências (Ferreira, V. 2022). Ainda há

desigualdades na gestão e realização das tarefas domésticas e, enquanto tal acontecer, a assunção de poderes na esfera pública será sempre condicionada para as Mulheres.

Adianta que “a liberdade de optar é fundamental, contudo para ter essa liberdade é preciso haver igualdade de condições.

E existem condicionantes sociais. Uma mulher que nunca exerceu trabalho remunerado, mas contribuiu fortemente para a reprodução da esfera doméstica, cuidando do marido e educando as crianças, não tem direito a uma reforma digna. E se o marido auferir uma reforma de cerca de mil euros, a mulher, não tendo realizado trabalho remunerado, não tem direito a qualquer reforma, estando completamente dependente e subalterna ao marido.

A liberdade de opção implica igualdade de condição do ponto de vista material. Quando não há autonomia financeira, constrói-se uma situação subalternizada”.

Sublinhou que feminismo não é uma luta de mulheres que desejam ser iguais aos homens, é uma luta para que sejam consideradas iguais em termos de direitos, é atingir a paridade.

Em Portugal foi recentemente publicado um estudo sobre os valores das pensões de reforma das mulheres, que são em médias 40% inferiores às dos homens. As mulheres, tendo trabalhado geralmente menos anos (em média as mulheres trabalham menos 6 anos, apesar de se reformarem em geral mais tarde) e com menor vencimento, obtiveram em 2021, pensões em média de 450 euros por

mês (abaixo do ordenado mínimo nacional) e os homens em média de 746 euros. Tal traz outras questões complexas, com a esperança média de vida das mulheres sendo superior à dos homens, podendo significar mais mulheres acima dos 65 anos em risco de pobreza e exclusão social. Por este motivo, é importante desagregar dados e compreender tendências, existindo da parte da Comissão para a Cidadania e Igualdade a recomendação de serem realizados [Orçamentos de Estado sensíveis ao género](#).

No que diz respeito à interculturalidade, Maria José Casa-Nova salientou que “para construir a interculturalidade é preciso diálogo. É necessário construir diálogos interculturais, miscigenados. Só podemos tomar consciência da diferença na relação. A nossa reação perante a diferença é de estranheza, e tal é natural.

“Para construir a interculturalidade é preciso diálogo.”

Maria José Casa-Nova



Do que falamos quando falamos de género e interculturalidade?

A questão é o que fazemos com esta estranheza.

E frequentemente estranha-se para segregar e não para entranhar.” Afirmou que, “como pessoas em profissões técnicas e na educação, acabamos por ter um papel mediador muito importante neste processo de construção da interculturalidade, nomeadamente na escola.” Os profissionais de educação são mediadores entre o universo cultural das crianças e jovens e o conhecimento académico. Referiu que «o trabalho de mediação é um estar “entre-dentro-isento”: estar entre dois ou mais universos culturais, mas dentro dos mesmos (é fundamental conhecer para mediar) e mostrar isenção face a todos universos culturais em presença. É necessário estabelecer o diálogo».

Declarou: «nós não nascemos humanos. Tornamo-nos humanos pela interação e pela cultura, pela relação com os outros. Não é algo linear, é um processo.

O que significa que podemos tornarmo-nos mais humanos ou mais desumanos. Desenvolvimento e humanização não andam a par», dado que a noção de “desenvolvimento” ou de “sociedades desenvolvidas” têm frequentemente subjacente uma noção etnocêntrica de “qualidade de vida”, que nos leva a dividir o Mundo e a Humanidade consoante os seus graus de suposto desenvolvimento, fomentando uma lógica “Nós” vs “Eles” que pode levar a posturas paternalistas. Na sua perspetiva, é fundamental construir “sociedades mais humanizadas”.

LÚCIA
VICENTE

Lúcia Vicente, autora e ativista,

define Feminismo como a busca pela igualdade de oportunidades e deveres para todas as pessoas. Igualdade não

é o mesmo que equidade, sem igualdade não pode existir equidade. Feminismo é sinónimo de igualdade perante a liberdade individual de cada pessoa alcançar aquilo que quer, liberdade e possibilidade de independência económica. Considera que a comunicação social transmite uma imagem errada do feminismo.

“Peço-vos que sonhem e planeiem um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens e mulheres mais felizes, mais fiéis a si mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos de criar as nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos de criar os nossos filhos de uma maneira diferente.”

Chimamanda Ngozi Adichie,
Todos devemos ser feministas



Livros *Todos devemos ser feministas*,
Chimamanda Ngozi Adichie

O conceito de **Feminismo** surge paulatinamente no decurso da história da luta das Mulheres. Segundo o dicionário "Infopédia", é "a doutrina que advoga a defesa dos direitos das mulheres, com base no princípio da igualdade de direitos e de oportunidades entre os sexos" e o correspondente "movimento (político, social, cultural, etc.) que procura pôr em prática essa doutrina". No entanto, antes dos movimentos feministas do séc. XX, a palavra teve outros significados.

Diversos trabalhos realizados no mundo académico e ativista nas décadas de 1960 e 1970 «visaram procurar resposta à pergunta: porque é que a mulher é oprimida, quem a oprime e quais podem ser as eventuais

soluções para a sua situação. Uma das conclusões tiradas por académicas feministas foi que todas as mulheres, em todos os cantos do mundo, sofrem da mesma maneira. O conceito de patriarcado ganhou imensa popularidade dentro dos estudos sobre as mulheres e foi visto enquanto elemento principal responsável pela situação precária das mulheres» (Narvaz & Koller, 2006: 51). «O patriarcado é, para explicar sucintamente, a supremacia masculina em todas as dimensões da vida que relega mulheres à posição marginal dentro da sociedade tanto no espaço público, como no privado». (Telega-Soares, N., 2014).

Mesmo dentro de um conceito aparentemente tão abrangente e que se supunha unificador

Do que falamos quando falamos de género e interculturalidade?

do universo das Mulheres (chegando a ser usado o termo “Irmandade”), vemos que há diversidade na sua interpretação, na forma como se expressa e na visão sobre a ação necessária. Embora as sociedades patriarcais de facto surjam como elemento comum da luta feminista, a sua expressão e efeitos diferem muito consoante os grupos de mulheres a que nos referimos. Grupos de mulheres podem também sofrer opressão por parte de outras mulheres, intensificando os seus efeitos.

NATÁLIA
TELEGA-SOARES

Segundo **Natália Telega-Soares** (2014), «uma questão muito levantada tem sido a questão da voz de mulheres negras, no sentido da sua capacidade de denunciar

as práticas discriminatórias por parte dos feminismos ocidentais que relegaram as mulheres negras à margem da vida cultural e histórica. As mulheres negras, ao criarem movimentos feministas negros, propõe-se a elaborar respostas mais adequadas à realidade e às necessidades das suas conterrâneas que não são, de maneira nenhuma, idênticas às verbalizadas pelas feministas no Ocidente».

Existem diferenças fundamentais na interpretação de conceitos, que nos levam a definições muito diferentes de feminismo. Por exemplo, «Uma das principais diferenças entre o feminismo ocidental e o feminismo africano baseia-se no facto de que a noção de feminilidade não significa exatamente a mesma coisa para as sociedades ocidentais e africanas. A categoria “mulher” não pode ser considerada como uma categoria separada do

seu contexto. “Mulher” não constitui somente um papel social, uma identidade, uma posição ou uma localização como acontece no feminismo e na cultura ocidental. Antes de mais, “mulher” é uma soma de várias posições, papéis e significados» (Oyewumi, 1997, 2003). Como explica Oyeronke Oyewumi, cada indivíduo ocupa múltiplos contextos que não estão separados um do outro, mas que interagem, misturam-se e influenciam-se mutuamente. Cada indivíduo tem, por conseguinte, várias e múltiplas relações com o poder, o privilégio e a desigualdade (Telega-Soares, N., 2014).

O relatório produzido pelo **Projeto Migma Myths** revela relatos de discriminação que evidenciam igualmente uma componente cultural na forma como algumas mulheres são vistas. Por exemplo: «Amigos do meu marido (português) deixaram de falar connosco por crer que eu estava dando um golpe. Juíza que nos casou ficou o tempo todo me avisando que eu não teria direito a nada caso me separasse dele». Brasileira, Faixa Etária 40-44 anos, Ensino Superior Incompleto, Setúbal. E outro exemplo da mesma mulher: «Saí de um táxi em movimento uma vez, pois o motorista queria me levar para conhecer o apartamento que ele queria terminar de montar para uma brasileira que o tratasse bem!».

LILA
ABU-LUGHOD

Lila Abu-Lughod (2013) analisou as experiências de diversas mulheres islâmicas e identificou diversas crenças erróneas sobre as realidades destas mulheres. Por um lado, existe uma crença generalizada no Ocidente de que estas mulheres fazem

parte de um grupo homogêneo e são, em geral, oprimidas e que tal está diretamente relacionado com a religião que professam. Por outro lado, esta assunção de uma ligação direta entre opressão e religião não permite a análise e compreensão realista e empática das situações vividas individualmente por cada uma destas Mulheres.

A pertença a uma religião pode ser muito significativa para a identidade de uma pessoa, e para o seu sentimento de comunidade; e cada pessoa a vive de forma muito particular.

Por exemplo, verificamos que muitas Mulheres continuam a usar Hijab no dia-a-dia mesmo quando tal não é imposto pela lei vigente do país onde vivem ou pela sua família. A escuta destas mulheres é muitas vezes esquecida nos processos de acolhimento nos contextos ocidentais, e são adotadas medidas sem a sua participação efetiva, reproduzindo mais uma vez lógicas de atuação opressoras. Generalizações sobre “culturas” impedem-nos de apreciar e apreender as experiências das pessoas e as contingências em que vivemos. O mundo Muçulmano é, por vezes, apresentado como uma cultura ameaçante, preocupante e homogênea em que a situação das mulheres, supostamente oprimida, representa o comprovante máximo de quão “diferente” esta cultura é para o Ocidente. As imagens de Mulheres Muçulmanas inundaram a comunicação social, como meio de justificar uma missão de salvamento por parte do Ocidente - era necessário «salvá-las» das suas culturas. Tal foi usado como uma das várias justificações para a invasão do Iraque, onde,



Livro *Do Muslim Women Need Saving?*, 2013

por ironia, as Mulheres Iraquianas, detinham no início do milénio, os níveis mais altos de educação e participação na força laboral e política do Mundo Árabe. A sua pesquisa etnográfica revela uma imensa variedade de experiências e vidas de Mulheres do Mundo Árabe, convidando-nos a questionar dogmas e estereótipos redutores sobre a realidade das Mulheres Muçulmanas.

Por estes exemplos, vemos claramente como o conceito de Feminismo tem que ser olhado e aplicado com uma forte componente intercultural - ele não é vivido da mesma forma por grupos com diferentes pertenças étnico-culturais, ou que sejam alvo de outras discriminações que associam género e outras características. Assim, as estratégias de igualdade de género devem ser trabalhadas desde esta perspetiva interseccional e abrindo lugar para diferentes experiências e narrativas de diferentes mulheres, evitando respostas universais que neutralizam e minimizam estas importantes diferenças.

“As estratégias de igualdade de género devem ser trabalhadas desde esta perspetiva interseccional”

Lila Abu-Lughod

O Projeto «Género e Interculturalidade»

Entre as ações do projeto foram realizados 3 webinars e gravados 3 episódios do nosso PODCAST “Portugal PLURAL” (link nos recursos).

Ao longo destes webinars e episódios, fomos conhecendo mulheres que todos os dias trabalham para cidades cada vez mais inclusivas e onde não persistam comportamentos discriminatórios de nenhum tipo.

O presente guia pretende resumir os conselhos e recomendações deixados por estas mulheres, alguns alertas e algumas ideias práticas que podem ser implementadas para desenvolver iniciativas e políticas públicas que consideram a variante do género e as suas diferentes nuances consoante as pertenças identitárias e étnico-culturais de cada Mulher.

Acreditamos que um **plano municipal para a interculturalidade** deve sempre contemplar uma dimensão interseccional, assumindo que as experiências de cada pessoa podem variar muito de acordo com as suas diferentes características. Uma mulher negra numa sociedade majoritariamente branca ou

colonialista terá certamente uma experiência diferente de uma mulher com uma deficiência, ou com uma religião menos representada. Uma mulher com menos poder económico terá ainda outros desafios que não são comparáveis a uma mulher com capacidade financeira. Em última instância, cada Mulher vive numa realidade muito específica, com múltiplas influências contextuais, tornando a sua vida difícil de comparar com a de qualquer outra Mulher. Por este motivo, as políticas de interculturalidade não podem encontrar soluções generalistas que, com uma só abordagem “igual para todas as pessoas”, resolva todos os desafios da inclusão.

Ao longo deste documento, resumimos algumas das principais recomendações que surgiram deste projeto. No final, poderá ser encontrada uma lista de recursos úteis e referências usadas na escrita destas recomendações.

características. Uma mulher negra, numa sociedade maioritariamente branca ou

Convidadas:
 Beatriz Padilla - CIES/ISCTE
 Goizane Gago Mota - cidade de Bilbao
 Cátia Ramos - influenciadora do bem-estar
 Teresa Vieira - mediadora do ACE
 Cynthia de Paula - Casa do Brasil
 Joana Canedo - GAT Lisboa
 Helena Vilegas - Associação Corações com Corra

Segunda-feira, 30 de maio de 2022, 14:30h - 16:30h

LINK NA BIO PARA INSCRIÇÃO

Helena Vilegas
 Associação Corações com Corra

Joana Canedo
 GAT Lisboa

Cynthia de Paula
 Casa do Brasil

Teresa Vieira
 mediadora do ACE

Cátia Ramos
 influenciadora do bem-estar

Goizane Gago Mota
 cidade de Bilbao

Beatriz Padilla
 CIES/ISCTE

Apelo

Organização

Convidadas dos 3 webinars promovidos no âmbito do Projeto “Género e Interculturalidade” 2022

Convidadas dos 3 webinars promovidos
no âmbito do Projeto
«Género e Interculturalidade». 2022

RECOMENDAÇÕES



Diálogo, Questionamento e Escuta

Em primeiro lugar, as recomendações devem surgir de um processo de questionamento.

Neste processo, que se quer contínuo e não esporádico, fazendo parte da nossa metodologia, deveremos assegurar a escuta das diferentes partes interessadas.

Deveremos questionar-nos: «Quem poderá estar a ficar de fora?», «Que vozes não estão a ser ouvidas?».

As pessoas que propõem e executam políticas públicas podem e devem ouvir diferentes vozes durante o processo, preferencialmente antes, durante e após a sua implementação. Estas diferentes vozes deverão contemplar as vozes das pessoas diretamente afetadas pelas ações em causa, ou seja, a quem estas se dirigem, e devem ter algum grau de representatividade das diferentes comunidades existentes.

O lema deverá sempre ser «nada para/sobre nós sem nós».

Queremos saber que necessidades as pessoas identificam, que impacto têm nas suas vidas, como consideram que podem ser enfrentadas e o que o município poderá fazer nesse sentido. Claro que nem todas as necessidades encontram eco rápido ou direto nas ações, mas quando tal acontece ou quando as expectativas ultrapassam as competências das cidades, tal deve ser devolvido às pessoas, por forma a ajustar expectativas e eventualmente traçar planos para envolvimento de outras instâncias.

No entanto, não nos apressemos a dizer que algo é impossível. Permitamo-nos tempo para analisar as propostas e ideias, envolvamos as próprias pessoas e grupos nas respostas e não apenas como consultoras:

- Há iniciativas civis que podem ajudar?
- Existem outras formas de responder a esta necessidade?
- Que outros recursos poderemos mobilizar (financiamentos, parceiros de outras cidades, pessoas voluntárias, etc.)?
- O que está a funcionar bem e o que precisa de ser mudado?
- Onde estão as barreiras de acesso e como podem ser removidas ou minimizadas?

Esta escuta pode ser realizada por meio de diversas metodologias, que podem ser usadas concomitantemente:

ASSEMBLEIAS DE PESSOAS CIDADÃS REGULARES:

com assentos rotativos e onde seja assegurada alguma representatividade, um espaço para debate sobre as políticas e iniciativas pensadas de forma a incluir nestas as recomendações, sugestões e alertas que ali sejam dados. Mais do que um mero lugar de auscultação, estes grupos podem ainda funcionar como lugar onde as propostas são votadas e onde se incita a participação cívica na sua execução.

FOCUS GROUPS:

momentos específicos designados para tal, com um guião de perguntas pré-preparado e conteúdo partilhado sujeito a análise de conteúdo. Podem ser realizadas sempre que uma determinada política ou iniciativa esteja a ser preparada, como forma de aprofundar a reflexão sobre a mesma e os seus potenciais impactos nas comunidades.

PESSOAS MEDIADORAS:

deter, no staff da cidade, pessoas que sejam parte integrante das diferentes comunidades e grupos existentes no território, como forma de melhor chegar a estes públicos, mediar a relação com os serviços e mobilizar pessoas para atividades. Estas figuras possuem um papel fulcral pois realizam muitas vezes momentos de escuta informal no seu dia-a-dia e podem representar nas equipas uma voz das comunidades. Com a formação em mediação adequada podem ser uma mais-valia.

REPRESENTATIVIDADE NO STAFF:

idealmente a cidade emprega pessoas de diferentes grupos e comunidades proporcionalmente à sua quota na sociedade.

Nos processos de recrutamento tal pode ser intencionalmente proposto, através de um sistema de quotas. Esta representatividade possui múltiplas vantagens: por um lado, comunica à comunidade em geral que as pessoas de tal grupo são valorizadas pelo município; por outro, transmite maior segurança e confiança para quem sente pertença a tal grupo em abordar os serviços municipais, sentindo que poderá mais facilmente obter compreensão e compreender o que lhe será transmitido. Por fim, tal será uma forma de equilibrar a balança das oportunidades, já que na maioria dos casos, pessoas de grupos minoritários (e principalmente as mulheres desses grupos) terão menos acesso a empregos de qualidade e condizentes com as suas habilitações, o que impacta grandemente na sua qualidade de vida.

CONVITES A PESSOAS DIRETAMENTE AFETADAS

pelos assuntos a tratar em seminários, webinars e congressos, promovendo o diálogo e debate entre academia, comunidades e profissionais dos diversos setores.

APOIO A PROJETOS DAS COMUNIDADES:

o apoio direto a associações de base local, grupos informais e de voluntariado comunitário representam um importante papel na necessária partilha de poder de decisão e ação local. Assumimos, com esta postura, que dificilmente teremos melhores respostas para os desafios locais do que as pessoas que os vivem diariamente e adotamos, então, uma postura de parceria e partilha dos recursos necessários com vista a implementar potenciais soluções. Esta parceria, que se quer o mais horizontal possível, pode contemplar investimento na formação de lideranças comunitárias, apoio financeiro, alocação de recursos e de mentoria a projetos de iniciativa local, advocacy, apoio

Diálogo, Questionamento e Escuta

ao estabelecimento de outras parcerias e financiamentos relevantes para os projetos, apoio na promoção, divulgação e mobilização social para as iniciativas, etc. Idealmente, este suporte é pensado após auscultação das comunidades (para assegurar a sua pertinência e ajuste aos desafios sentidos) e deverá assumir uma continuidade no tempo, permitindo apoiar diferentes fases de crescimento das iniciativas, não sendo apenas um apoio temporário de curta duração. Ainda, deverão ter abertura e espaço para iniciativas da comunidade organizada de forma informal (i.e. que não seja a de uma associação, cooperativa ou empresa).

Estas respostas de apoio ao associativismo deverão existir e ser disponibilizadas de forma acessível às comunidades (por exemplo, em locais e horários compatíveis).

Por fim, a partilha de experiências e recursos, mentoria e entreajuda entre grupos e associações locais pode ser estimulada através de fóruns, grupos comunitários e redes sociais/ comissões sociais de freguesia.

TERESA
VIEIRA

A nossa convidada, **Teresa Vieira, mediadora do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas do ACM**, levantou reflexões no que respeita à importância de pensar em projetos que tenham uma maior continuidade temporal, mesmo quando as fontes de recursos se esgotam. Reforçou que muito do que é trabalhado com as comunidades ciganas são questões geracionais e que, portanto, não serão modificadas em apenas alguns meses.

A título de exemplo, com apoio da cidade de Lisboa foi criado o [CLIP - Recursos e Desenvolvimento](#) uma associação constituída e autogerida por várias organizações locais que pretende ser uma «casa» para os movimentos de cidadania. Nela, as organizações sem espaços podem realizar reuniões, formações e eventos, usar os recursos informáticos disponíveis e os serviços de consultoria contabilísticos e jurídicos. O CLIP organiza ainda formações, debates, reuniões comunitárias e outros momentos de aprendizagem, de acordo com as necessidades das entidades associadas, tem disponível um banco de recursos que podem ser requisitados (como: sistema de som, material para eventos, etc.) e uma biblioteca. No seu site disponibiliza informações relevantes, como fontes de financiamento em aberto, legislação pertinente, divulga as iniciativas locais e fornece ainda apoio na procura de parcerias e na execução de propostas a linhas de financiamento.

As cidades de **Vila Verde, Vila Nova de Famalicão e Santa Maria da Feira** encontram-se a desenvolver um projeto

intitulado «**Welcoming Ukrainians**» onde um ponto de partida para a implementação de medidas foi a realização de focus groups com pessoas de origem ucraniana chegadas desde o início do conflito em fevereiro 2022. Um guia de práticas de acolhimento de pessoas em situação de refúgio, proteção temporária e asilo foi elaborado pela Cooperativa RPCI com base nas recomendações dadas pelas pessoas durante estes debates.


É importante ainda que o tempo dedicado pelas pessoas à auscultação seja devidamente valorizado.

Se pagamos a profissionais de consultoria, porque não pagar a pessoas consultoras comunitárias? Por vezes esperamos que as pessoas façam todo este trabalho voluntariamente, mas nem todas as pessoas poderão estar em condições de o fazer (quer por motivos financeiros, quer pessoais ou familiares). Assegure-se de que os momentos são verdadeiramente inclusivos, de que as pessoas podem de facto estar presentes sem constrangimentos para a sua vida pessoal e laboral e que se sentem valorizadas.

A auscultação deve permitir-nos perceber de forma clara as **desigualdades** eventualmente existentes no acesso aos serviços e atividades. Tal dar-nos-á uma fotografia mais clara das assimetrias que possam existir, nomeadamente dentro dos mesmos grupos de pertença e de como as poderemos colmatar. Por exemplo, a cidade criou um serviço de atendimento a pessoas migrantes. Todas as pessoas conseguem aceder ao mesmo (ou até saber que existe), caso não tenham acesso a transportes na sua zona de residência e/ou

estes sejam muito dispendiosos? Caso tenham trabalhos que não lhes permitam sair durante o horário de expediente? Caso tenham uma deficiência motora ou visual? Caso não saibam ler nem escrever ou não dominem a língua? Caso tenham filhos pequenos a cargo durante o horário de abertura do serviço?

Deveremos ter em conta que muitas vezes estas assimetrias estão associadas a assimetrias de poder que são reforçadas pelas diferenças de acesso. Se, por exemplo, ainda é verdade que as mulheres são muitas vezes as principais responsáveis pelo cuidado de crianças e de pessoas seniores, tal faz com que as suas limitações de participação sejam maiores. A nossa intervenção, para ser verdadeiramente intercultural, deverá ajudar a **minimizar intencionalmente as assimetrias identificadas**, potenciando a melhoria da qualidade de vida das populações em situação de maior exclusão.



MARIA JOSÉ
CASA-NOVA

Maria José Casa-Nova sugeriu que as cidades pensassem na lógica da interculturalidade e se construíssem como lugares de mediação intercultural. Seria

importante que as câmaras municipais promovessem atividades de diálogo intercultural, que tenham as festividades de cada cultura em consideração, a construção de jardins com uma multiplicidade de plantas provenientes dos diversos contextos geográficos de origem das pessoas imigrantes, de espaços de meditação neutros, apropriáveis por qualquer confissão religiosa, por exemplo, para que todas as pessoas sentissem os espaços como seus, contribuindo para o conforto psicológico.

Diálogo, Questionamento e Escuta

CASOS PRÁTICOS

Uma escola em Lisboa constatou que, no 5º ano, muitas meninas da comunidade cigana deixavam de frequentar a escola. Perante esta situação consideraram que seria melhor optar pela via do diálogo com a comunidade para compreender o que se passaria. Perceberam que havia na comunidade uma grande preocupação com a segurança afetiva e a sexualidade das meninas e que a comunidade receava que estas fossem colocadas em situações sensíveis por jovens mais velhos do 9º ano. Logo, o problema não era elas serem escolarizadas (como inicialmente as professoras pensaram), mas a segurança das meninas.

A segurança foi uma necessidade com a qual ambos, profissionais de educação e famílias, se identificaram e tal abriu portas a uma solução. A solução encontrada passou por criar turmas especiais só para estas raparigas, com uma professora exclusiva. As mães dessas meninas começaram, inclusive, a frequentar as aulas com as suas filhas, levando cadernos e canetas (pois não tinham tido elas próprias essa oportunidade). Perceberam pela experiência que, ao garantir que as crianças continuavam na escola, a idade do seu casamento foi adiada e a escolaridade aumentou.

Atualmente, a confiança e sentido de segurança aumentaram e já não há turmas separadas, mas numa fase inicial foi necessário criar respostas diferenciadas. **O processo de escuta não julgadora e uma postura flexível foram essenciais para encontrar uma solução - a reação anterior de resposta «igual para todas as pessoas» não estava a surtir efeitos.**

ROSA
MONIZ

Rosa Moniz, Life & Leader Coach, considera que o caminho é pela educação, a causa que abraça, e a partir daí evoluir para compreender. Na sua opinião,

a integração é uma estrada de duas vias. Por conseguinte, a sociedade também tem de ser educada. Recordou que, num dos seus projetos, duas jovens ciganas ficaram mais tempo na escola porque eram muito amigas de

raparigas cabo-verdianas que frequentavam a mesma escola. As relações interculturais podem ter muita relevância neste aspeto. É preocupante assistir a situações de género que são perpetuadas pelas próprias mulheres. Afirmou que leu num artigo que as mulheres têm perspetivas sobre as noras diferentes das perspetivas que têm sobre as filhas. As mulheres têm de pensar na questão de género dentro de uma dimensão interna e externa. Rosa Moniz considera ainda que qualquer criança tem direitos e deveres e que

ninguém pode vender à criança uma história diminuída sobre as suas perspetivas de futuro. Partilhou também o que a sua avó dizia muitas vezes «uma mulher não pode fazer isto», «uma mulher não faz isto». Afirmou que não herdou isso, mas sente que em algumas das suas irmãs e das suas primas essas ideias ainda estão presentes e são transportadas para os filhos.

Quando começou a **Associação Luso Caboverdeana de Sintra**, havia muitos conflitos. Rosa recordou um conflito que ocorreu entre um aluno e uma professora porque o aluno não olhou a professora nos olhos e ela considerou que era uma falta de respeito. Foi necessário explicar à professora que para um cabo-verdiano olhar um professor nos olhos é uma falta de respeito. Este episódio gerou uma ação e teve impacto: **foi necessário criar na escola uma esfera intercultural.**

SÓNIA
MATOS

Sónia Matos, dirigente associativa e mediadora de etnia cigana, realça a importância do acesso pleno à educação para as mulheres ciganas, para que se quebre

o ciclo de exclusão social em que muitas vezes estão envolvidas, estando assim dependentes dos homens para gerir as suas vidas.

Nas suas palavras, «a cultura cigana é a cultura portuguesa com mais de 50 anos de atraso». O papel da mulher era ser dona de casa e mãe. A mulher cigana só agora começa a dar os primeiros passos para conquistar o seu espaço e a sua independência. Na sua opinião, tudo começa pela integração escolar. Exemplificou como a sua associação a **AMUCIP** trabalha com estas mulheres e com os homens da comunidade cigana para que este acesso à educação seja uma realidade, mesmo para as mulheres já casadas e que saíram da escola há muito tempo.

É necessária muita perseverança e dedicação, mas já existem mais de 40 pessoas ciganas licenciadas em Portugal, logo a realidade começa a mudar.

Mencionou também a importância da sensibilização de profissionais de educação, para que transmitam expectativas positivas a meninas ciganas na escola e as ajudem a acreditar em si mesmas, evitando perpetuar estereótipos e crenças negativas sobre a comunidade cigana.

Salientou que os bairros sociais são guetos e que as crianças que saem de um bairro social já estão marcadas. Os próprios profissionais de educação partem com um pensamento pré-definido. Outro fator é que as crianças ciganas não frequentam o jardim-de-infância; ingressam no primeiro ciclo vindo da família para escola, sem saber recortar, pintar,

Diálogo, Questionamento e Escuta

identificar letras... A desmotivação começa logo aí. Advoga então que é necessário ouvir a comunidade e trabalhar com mediadores socioculturais das escolas. É necessário representatividade nas escolas, é necessário as crianças ciganas sentirem aquele espaço como seu.

Outro aspeto a ter em consideração é a linguagem utilizada. Afirmações como «que linda menina nem parece cigana», retraem as raparigas.

Os tempos dos projetos são demasiado curtos, não permitem trabalhar com as pessoas. Os profissionais trabalham para a comunidade e não com a comunidade. É necessário envolver as mulheres ciganas na busca de soluções. O primeiro trabalho é conquistar a confiança dos maridos e das sogras para conseguir dar força e confiança às mulheres ciganas.

Referiu ainda a questão de que a comunidade cigana não está representada na História embora faça parte da História de Portugal. As pessoas ciganas estavam nas galés dos “Descobrimentos”. Quando Portugal estava em guerra, muitas vidas ciganas se perderam!

Competências Interculturais

É crucial que quem trabalha num serviço público desenvolva as suas competências interculturais.

Competências Interculturais são um conjunto de habilidades que podem ser desenvolvidas e que nos permitem comunicar e viver em ambientes culturalmente complexos, minimizando conflitos ao aumentar a possibilidade de entendimento mútuo e empatia.

Dominar as competências interculturais é a chave para uma postura inclusiva e intercultural na abordagem a entidades parceiras e a todas as pessoas que habitam o território. Permite-nos sair da nossa visão etnocêntrica e eurocêntrica da realidade, sob a influência da qual são criadas e implementadas as políticas públicas (contribuindo muitas vezes para situações

de discriminação institucional e sistémica), e adotar uma maior flexibilidade cultural, compreendendo que os comportamentos surgem de quadros de referência baseados numa grande variedade de perspetivas e valores, todos eles igualmente válidos e importantes.

É comum sentirmos que somos mais interculturalmente competentes do que na realidade somos. Não é fácil, por vezes, ter a perceção dos mal-entendidos e ofensas que podemos provocar sem intenção. Porque, muitas vezes, os nossos estereótipos, preconceitos

e enviesamentos encontram-se no nosso inconsciente e podem condicionar a nossa ação de forma subtil, mas provocando um elevado impacto na vida de alguém, principalmente quando prestamos serviços públicos. Importa, por isso, torná-los conscientes para que possam ser alvo da nossa reflexão e questionamento e, assim, possamos evitar que tal aconteça. Esta capacidade de autoquestionamento é geralmente bem implementada através de ações de formação que podem ser fornecidas ao staff do município, bem como a entidades parceiras.

CASOS PRÁTICOS

O município de **Oeiras** encontra-se a realizar formação em Diversidade e Inclusão gradualmente a todo o seu staff, como forma de potenciar a autorreflexão e o desenvolvimento de posturas mais inclusivas perante colegas e a sociedade em geral. A iniciativa parte dos Recursos Humanos, tendo por premissa que este tipo de reflexão não é muitas vezes realizado intencionalmente e de que a maioria das pessoas de facto não possui consciência dos seus próprios preconceitos e enviesamentos. A formação é ministrada em Blended Learning para a maioria do staff, e adaptada em formato apenas presencial para pessoas menos familiarizadas com as tecnologias, durante 7 horas.

No âmbito de um **projeto europeu intitulado NET-IDEA**, as Redes de Cidades Interculturais de Portugal, Espanha, Itália e Suécia, em parceria com as cidades de Erlangen (Alemanha) e Lublin (Polónia), encontram-se a desenvolver uma formação de 12 horas em Competências Interculturais que estará disponível em 2023, altura em que será disponibilizada a todas as cidades interessadas. Até lá, será testada pelas cidades de Vila Verde, Braga e Santa Maria da Feira em Portugal, tal como por outras 12 cidades na Europa e não só.

Alguns recursos para o desenvolvimento de ações neste âmbito podem ser encontrados abaixo, na secção “Recursos”.

Interseccionalidade

Esta escuta deverá sempre ter em conta o princípio da interseccionalidade.

Nenhuma pessoa ou pequeno grupo representa todo um grupo - se uma pessoa com deficiência nos diz que prefere determinada adaptação a uma atividade, tal não será a realidade de todas as pessoas, mesmo as que partilham o mesmo tipo de deficiência. Isto significa que temos que ouvir muitas pessoas diferentes, e mesmo assim, ter sempre a mente aberta para diferentes visões e adaptações. Se os momentos de escuta foram bem pensados, tal será mais fácil de atingir, e poderemos criar fóruns de debate e discussão para chegar a consensos e pensar medidas que possam acomodar a flexibilidade necessária.

Este fator é especialmente importante no que diz respeito às questões de género. Por exemplo: as mulheres de um determinado grupo étnico ou cultural poderão viver as suas realidades de forma muito díspar de acordo com as suas múltiplas características e grupos de pertença, contextos e realidades de vida.

**BEATRIZ
PADILLA**

Segundo **Beatriz Padilla**, importa, assim, olhar de forma holística para cada pessoa, observando as suas múltiplas dimensões, e propor serviços integrados correspondentes. A falta de um olhar interseccional (pelo cariz de neutralidade das políticas públicas) e a especialização muito segmentada da maioria dos serviços e equipas municipais podem levar, muitas vezes, a uma «cegueira» em relação a determinados aspetos. Por exemplo, pode impedir-nos de perceber as assimetrias existentes entre homens e mulheres nas diferentes áreas,

como na cultura ou no desporto, e de realizar os ajustamentos que forem necessários para garantir a equidade.

**MARGARIDA
PACHECO**

Margarida Pacheco, técnica de prevenção no Projeto ART'THEMIS+ e investigadora do Observatório Adolescência e Violências da UMAR, acredita na

prevenção. Trabalha a questão do género com crianças e jovens. Considera que é necessário falar com pessoas jovens não apenas sobre discriminação, mas também de privilégio, e que devemos adotar uma perspetiva interseccional.

Como é referido na publicação **Prevenir a Violência Construir a Igualdade**, «a principal finalidade do Projeto ART'THEMIS é promover, nas gerações mais novas, uma cultura de igualdade, de paz e de resolução não violenta de conflitos, transmitindo e partilhando conhecimentos, intervindo na desconstrução de estereótipos e mitos em torno das relações entre homens, mulheres e demais pessoas, lutar pelos direitos das mulheres e raparigas e pelos direitos das vítimas, contribuindo para o empoderamento das jovens.

O Projeto não ignora outras formas de violência, estrutural ou direta e interpessoal, de que as nossas crianças, adolescentes e jovens são vítimas, como o racismo, a homofobia, a desigualdade de classes e a pobreza, e o capacitismo. Incidindo particularmente na igualdade de género e prevenção da violência de género, a intervenção pauta-se por estratégias de mediação, utilizando ferramentas artísticas, proporcionando às crianças, adolescentes e jovens oportunidades de serem protagonistas na produção cultural e na mudança social».

Segundo a mesma publicação, «Os dados nacionais e internacionais mostram grande prevalência e/ou incidência destas formas de violência sobre as mulheres cujos efeitos são considerados, por diversos/as autores/as, a mesma importância que uma epidemia. Em Portugal, em 2015, segundo os dados do Observatório de Mulheres Assassinadas - OMA, da UMAR, registaram-se 29 femicídios e 39 tentativas de femicídios (Observatório de Mulheres Assassinadas - OMA, UMAR). Nesse mesmo ano, 87% dos homicidas mantiveram uma relação de intimidade com as vítimas (ex-) maridos, (ex-) namorados ou (ex-) companheiros.

Com base nos dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2015, das ocorrências registadas por violência doméstica, pela PSP e GNR, 85% das vítimas são do sexo feminino. No grupo etário entre os 18 e os 24 anos, encontra-se a maior percentagem de vítimas do sexo feminino, 91%. Na faixa etária de menores de 18 anos, a percentagem de vítimas mulheres é de 62%. Nesse ano, observou-se que 15% das vítimas possuía menos de 25 anos. Em relação aos/às denunciados/as, 9% possuía menos de 25

anos. (...) Estes dados apontam também que estas formas de violência não são neutras, assentando numa assimetria de género. Diversos estudos têm mostrado que são transversais às condições socioeconómicas (classe social), cultura, etnia ou condição social etnicizada/racializada, idade, capacidade, religião, entre outros fatores sociais».



Publicação Projeto ART'HEMIS e UMAR

LÚCIA
VICENTE

Lúcia Vicente considera que o maior desafio para a divulgação do seu trabalho é a desconstrução do privilégio, privilégio de classe, de género, económico, educacional...

A barreira do privilégio encontra-se nas crianças desde muito cedo. Ninguém quer perder o poder e o privilégio.

Interseccionalidade

CASOS PRÁTICOS

Notícia sobre o projeto Ciga Giro,
Diário do Minho



VILA VERDE

Vila Verde tem vindo a desenvolver trabalho com a comunidade cigana. Em síntese, o projeto **CIGAGIRO8G**, do Programa Escolhas, trabalha a educação, a saúde, o empoderamento, a cidadania, as competências TIC e a integração no mercado de trabalho. E conta com o apoio de diversos parceiros, nomeadamente sendo gerido pelo Centro Comunitário da Vila de Prado, da Cruz Vermelha Portuguesa, delegação de Braga e implementado com dois agrupamentos de escolas, abordando muitas questões de género e capacitação das mulheres mas, trabalhando igualmente com os homens para que compreendam e promovam os direitos das mulheres.

O projeto promove um encontro com mulheres ciganas, às 3^{as} feiras, intitulado «Voz, a tua arma». Nestes encontros, têm-se apercebido que, para empoderar estas mulheres, há muitas questões que têm de ser tratadas, muitos preconceitos que têm de ser desmontados e que muitas destas mulheres têm uma autoestima muito baixa e que é necessário trabalhar este aspeto. Por exemplo, explicar que podem chegar a casa depois das 16:00 e, mesmo assim, terem a sopa pronta a horas para o jantar. O sonho de muitas mulheres da comunidade cigana é tirar a carta de condução e tem sido feito um trabalho com os homens ciganos nesse sentido. Uma mulher de uma das comunidades ciganas trabalhadas já tirou a carta de condução e está agora a preparar-se para ingressar no ensino superior, sendo monitora do próprio projeto.

O projeto tem revelado a necessidade de trabalhar também com os homens da comunidade cigana para um maior envolvimento na educação das crianças. Constatase que algumas mulheres referem não valorizar a educação porque não percecionam que existam oportunidades de emprego no mercado de trabalho por conta de outrem para as pessoas de etnia cigana, havendo um sentimento geral de que apenas existe a opção de trabalhar na venda nas feiras ou na venda de sucata. Este tem sido o maior alvo do trabalho: todas as crianças deste projeto estão na escola e as suas mães estão a participar em formações.

O projeto também tem tido a preocupação de trabalhar as questões do emprego, estando alguns homens e mulheres da comunidade cigana integrados no mercado de trabalho, abrindo outras perspetivas para a comunidade. Tendo a perceção que estar na escola não é o mesmo que estar incluído, decidiram realizar uma atividade conjunta com crianças ciganas e um grupo de escuteiros. Foi inicialmente lançado um inquérito a ambos os grupos para perceber como se veem mutuamente, qual a perceção que têm de si próprios e como acham que os outros os percecionam. Posteriormente, será possível confrontar cada grupo com o que foi dito e trabalhar a sensibilização para os rumores e falsas crenças mútuas.

BILBAO

A cidade de **Bilbao** (Espanha) ressalta a múltipla discriminação enfrentada por muitas mulheres de origem migrante - 3 em cada 4 das mulheres alojadas em casas de acolhimento temporário para sobreviventes de violência sexual e baseada no género (SGVB); e 2 em cada 3 que procuram os serviços de prevenção contra a SGBV, são de origem migrante. Estes números revelam uma sobre representação relativa à comunidade em geral que se traduz numa vulnerabilidade acrescida, uma vez que as mulheres de outras origens representam apenas 14,9% de todas as mulheres de Bilbao.

Neste sentido, a cidade tem vindo a desenvolver o programa «Educação para a Transformação Social» com o objetivo de promover o empoderamento e a partilha de responsabilidades relativos ao desequilíbrio de poder nas questões de Género no trabalho comunitário. Este programa assenta na crença de que a coesão social se atinge pela construção de igualdade inerente à integração intercultural.



Guide to talk to each other, Bilbao

O empoderamento de mulheres, especialmente de mulheres de origem migrante, no que diz respeito à promoção da saúde é vista de forma holística, integrando o bem-estar físico, sexual, reprodutivo e emocional, e considerando uma necessidade e um direito básico. A prevenção da **violência sexual e baseada no género (SGVB)** é potenciada através da produção de conhecimento e capacidade para identificar o fenómeno, os seus processos e sinais, com base numa perspetiva de direitos humanos. A partilha de responsabilidades assume-se como essencial para a integração intercultural, partindo do pressuposto da existência de um desequilíbrio de poder de Género e são promovidas ações de prevenção comunitárias para a Igualdade de Género, encorajando a cooperação interinstitucional e uma abordagem “from the bottom-up” multinível.

Em termos de atividades, o programa promove **formação** para mulheres migrantes como «**Agentes de Empoderamento**» em várias comunidades e formação de «**Agentes para a Saúde e Mutilação Genital Feminina/ Corte**» entre mulheres e para homens familiares de mulheres que foram sujeitas à prática na infância. Formação para jovens rapazes magrebins e homens de origem africana com um papel de influência social e/ou religiosa como «Agentes para a Igualdade e a Prevenção contra SGVB» e para as ONGs locais sobre o tema são igualmente promovidas. O programa desenvolve ainda **guias** e outras ações informativas de acordo com a necessidade.

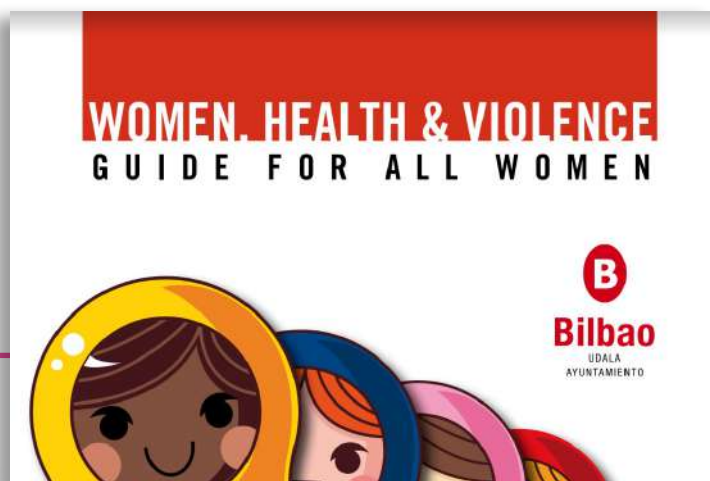
Interseccionalidade

CASOS PRÁTICOS

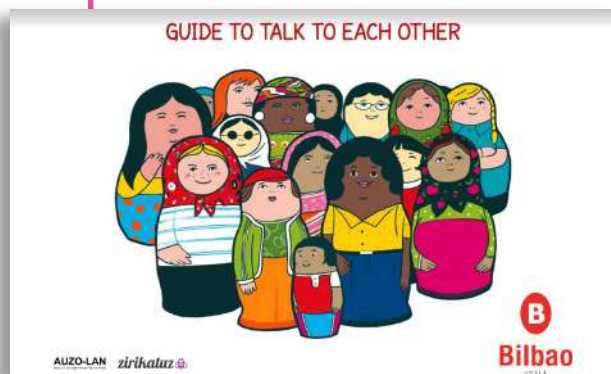
cont. Bilbao

Estas ações têm sido alvo de uma avaliação e monitorização constantes, tendo já revelado impactos significativos e um efeito multiplicador. Os principais fatores diferenciadores têm sido:

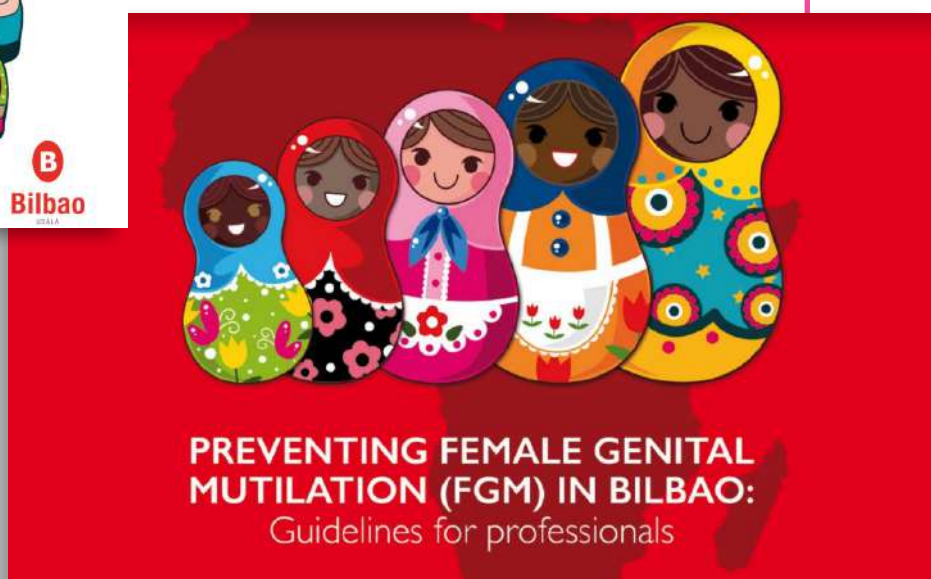
- a) o protagonismo, empoderamento e liderança das próprias mulheres em todo o processo;
- b) a abordagem multidisciplinar e horizontal, que tem permitido uma aproximação às comunidades que de outra forma não teria sido possível;
- c) o acesso a comunidades de difícil alcance, não alcançadas pela maioria dos serviços existentes;
- d) a constante avaliação e adaptabilidade das respostas, de acordo com as necessidades que foram sendo identificadas;
- e) o trabalho conjunto com entidades públicas de diferentes tipos, assumindo uma abordagem interseccional.



Women, Health & Violence: Guide for All Women, Bilbao



Guide to talk to each other, Bilbao



Preventing Female Genital Mutilation (FGM) in Bilbao: Guidelines for professionals, Bilbao

Flexibilidade

As políticas e iniciativas promovidas devem ter capacidade para ajustar-se a diferentes realidades, mesmo as que ainda possam não ter tido oportunidade de surgir durante o tal questionamento.

Ao longo da vida de uma política ou de uma iniciativa, poderão surgir outras necessidades e importa que a iniciativa ou política esteja pensada de forma a poder adaptar-se a essas novas realidades. Ainda, as situações evoluem e adaptam-se, as comunidades e as pessoas mudam...

Nunca será possível prever de antemão todas estas situações, mas podemos preparar-nos para imprevistos. Ter previsto um mecanismo de escuta regular a funcionar permite uma flexibilidade suficiente para ir ajustando o que for preciso. A forma como as políticas são descritas e como se procede à sua implementação é essencial e, por vezes, é possível encontrar formas de deixar em aberto algumas adaptações.

A formação de profissionais tem sido uma prática adotada em muitos contextos, nomeadamente nos serviços públicos, um pouco por toda a Europa e não só, por forma a melhorar esta capacidade de flexibilização.

Importa criar espaços seguros onde profissionais da mesma área, e entre áreas, possam refletir e partilhar ideias práticas, coadjuvando-se numa relação de amizade crítica, empática e favorecedora de uma capacidade crítica sobre a prestação dos serviços.

As linhas de financiamento existentes e disponíveis quer para o setor público quer para o privado devem igualmente permitir esta flexibilidade, tal como estimular a escuta ativa, falada em cima, e a recolha de dados desagregados por forma a melhor entender as desigualdades e assim planear respostas mais ajustadas a cada contexto. Na criação de linhas de financiamento municipais, por exemplo, podem ser tidos em conta critérios de género, com pontuação extra para iniciativas lideradas por mulheres ou criando estruturas de aceleração da liderança feminina, principalmente (mas não só) em determinadas comunidades onde se perceba que tal exclusão é um fator de especial relevo.

Tanto a formação como a criação de comunidades de práticas têm por objetivo promover a prestação de serviços cada vez mais humanizados, o que pode significar que os mesmos tenham que ser adaptados a cada contexto e pessoa e não estandardizados.

Flexibilidade

CASOS PRÁTICOS

Ana Paula Costa, cientista social, membro da direção da Associação Casa do Brasil de Lisboa, responsável pelo projeto Migra Myths, afirmou que o processo de imigração é um processo de crise, nunca é confortável. Num primeiro momento há sempre um processo de ajustamento, que se sente de uma forma mais premente no caso das mulheres migrantes, pois a desigualdade pré-estabelecida que existe entre homens e mulheres também se coloca na migração. Muitas vezes foram os homens que chegaram primeiro e encontraram empregos e as mulheres vêm numa situação de dependência financeira. À desigualdade por ser migrante, acrescenta-se a desigualdade por ser mulher.

No seu relatório sobre práticas de discriminação em Portugal, o projeto Migra Myths revela que «Na sociedade portuguesa, a mulher brasileira é racializada e sexualizada, o que contribui para que algumas características fenotípicas aliadas, por exemplo, à dimensão cultural, sejam utilizadas para representar essas mulheres e diferenciá-las (Craveiro 2018). Além disso, essas migrantes sofrem de um preconceito cuja base está no racismo. No que se refere às comunidades imigrantes em Portugal, a comunidade brasileira é a maior, sendo as mulheres também a maioria. No caso destas mulheres, os estereótipos de género cruzam-se com muitos outros, na sua maioria ligados à “brasilidade” e à ideia de um corpo disponível, hipersexualizado, legado de uma visão colonial e da objetificação das mulheres».

#migramyths



Comunicação

A importância da comunicação foi muito referida ao longo do nosso projeto. Não só porque importa de facto escutar as pessoas e comunidades, mas também porque importa manter as pessoas informadas e cientes do que está a acontecer (ou, se não está, porquê?).

Para que as pessoas estejam informadas, é preciso que a informação seja acessível, não só pela forma simples e direta com que estiver escrita, mas também pelas línguas que escolhemos usar para comunicar poderem chegar a todas as pessoas na nossa cidade.

A comunicação através de imagens foi também bastante mencionada - a importância da representatividade em cartazes, em brochuras e na comunicação social e nas narrativas que as mesmas nos transmitem, quer verbalmente quer visualmente. Representamos todas as comunidades na nossa comunicação? Algumas comunidades surgem apenas em situações que possam reforçar estereótipos ou atitudes menos inclusivas (por exemplo, associando pobreza, crime e migração)? Homens e Mulheres (e outras identidades de género) são representados rompendo os seus papéis tradicionais e estereotipados?).

A comunicação foi muito referida igualmente pela importância das palavras que usamos todos os dias. Segundo Maria José Casa-Nova, os termos e a linguagem inclusiva importam, porque eles geram imagens mentais correspondentes - se dissermos sempre «o presidente» a imagem que nos surgirá será de um homem nesse cargo. Se, por outro lado, dissermos «a pessoa que preside» isso deixa espaço para o meu cérebro projetar a imagem de uma pessoa que tenha outra identidade de género. Ainda, muitas das nossas convidadas referiram situações em que foram usadas, por parte de serviços públicos e não só, palavras e frases que as faziam sentir deslocadas, «não pertencentes» ali, ou que as suas necessidades não tinham importância.

Por fim, importa combater falsas ideias e mitos ativamente, mostrar uma ação concertada que desconstrói e previne o discurso de ódio que possa existir na comunicação, por exemplo, nas redes sociais.

Comunicação

CASOS PRÁTICOS

Considerando a importância de trabalhar a comunicação e combater os preconceitos a partir das redes sociais, o **projeto Migra Myths**, da Casa do Brasil de Lisboa, apoia associações de pessoas migrantes na vanguarda de muitos dos direitos adquiridos em Portugal. Este projeto recolhe e analisa os principais mitos propagados pelas redes sociais e comunicação social, promovendo ainda conteúdos com informação estatística credível que ajuda a contrariar narrativas negativas e *fake news* sobre pessoas de diversas origens.

O diagnóstico patente no relatório deste projeto revela que os mitos, preconceitos, estereótipos e *fake news* também fazem um recorte de género: 81,36% das inquiridas afirmaram já terem sofrido algum tipo de discriminação baseada em preconceitos e estereótipos sobre a imigração ou por serem imigrantes em Portugal, contra apenas 19% dos homens inquiridos. Entre as inquiridas, 50,85% eram de nacionalidade brasileira-portuguesa, brasileira-italiana ou guineense-portuguesa e cabo-verdiana-portuguesa.



Relatório Experiências de Discriminação na Imigração em Portugal, Migra Myths, Casa do Brasil. 2021

Como é referido no relatório «É inegável que a construção de estereótipos negativos no que se refere à mulher imigrante, em especial a de nacionalidade brasileira, é uma realidade presente na sociedade portuguesa». Porém, quando intersecionamos com outros fatores, como marca-

dores racializados, etnia, género, classe social, nacionalidade e estatuto migratório, entendemos que estes não só influenciam na construção da subjetividade, mas também são replicadores de subordinações e de desigualdade social (Craveiro 2018 cit. pelo Relatório).

O relatório evidencia «problemas no acesso ao arrendamento de casas, assédio sexual no local de trabalho e na

via pública, maior vulnerabilidade para situações de desemprego, exploração laboral e desqualificação profissional são elementos que acrescentam riscos para a mulher brasileira no seu projeto de vida fora do seu país de origem e afetam a sua integração, sentimento de pertença e bem-estar. Em consequência, muitas vezes, não lhe são assegurados direitos fundamentais. Nosso diagnóstico revelou que o estereótipo das mulheres brasileiras em Portugal está relacionado à prostituição: 23,9% das pessoas inquiridas afirmaram já ter vivenciado algum tipo de discriminação ou ouvido algum tipo de comentário relacionado à prostituição da brasileira. A seguir, os estereótipos mitos e *fake news* mais representativos estão relacionados à criminalidade (21,6%), a roubar emprego (14,2%) e a roubar maridos (também relacionado às mulheres brasileiras - 14,4%)».

As redes sociais e a comunicação social em Portugal foram apontados, pelas pessoas inquiridas na elaboração deste relatório, como os principais meios de propagação destes mitos, estereótipos e fake news sobre a imigração e pessoas imigrantes em Portugal. Em primeiro lugar estão o Facebook, Instagram e Twitter (31,7%), seguidos pelos serviços privados, como comércio, bancos, restauração e outros (19,3%), os serviços públicos (18,7%), o ensino escolar e académico (13,3%) e a comunicação social (12,3%).



Posts do projeto Migra Myths, Facebook, 2021 e 2022

No âmbito deste projeto, a **Associação Casa do Brasil de Lisboa** realizou diversas publicações com o intuito de desmistificar ideias pré-concebidas sobre pessoas migrantes, usando dados reais.

Através destas imagens, pretende-se contribuir para o aumento de informação como meio de combate a mensagens erróneas e ao discurso de ódio nas redes sociais.

A comunicação pode e deve ser utilizada para desconstruir mitos e estereótipos. O projeto realizou já diversas campanhas online, entre elas [“É fixe o que as pessoas migrantes trazem na mala”](#), com mupis espalhados pela cidade de Lisboa evidenciando os saberes que as pessoas trazem para o país, com o objetivo de destacar a diversidade e história de vida

das pessoas migrantes em Portugal, além de valorizar a contribuição cultural, social e económica que trazem para toda a sociedade.



Campanha “É fixe o que as pessoas migrantes trazem na mala”, Migra Myths, Casa do Brasil, 2021.

Comunicação

CASOS PRÁTICOS

Lisboa, através do núcleo da igualdade, encontra-se a desenvolver um projeto piloto na área da educação com a comunidade cigana intitulado **«A menarca vai à escola»**, dirigido a raparigas na pré adolescência de forma a sensibilizar para este tema, que levanta muitas questões na frequência da escola por parte das raparigas ciganas.

Segundo nos conta Helena Viegas desta associação, o projeto **“A menarca vai à escola”** é um projeto desenvolvido pela equipa do movimento **#TodasMerecemos** e da **Associação Corações com Coroa**, com o objetivo de ampliar o debate sobre menstruação, pobreza menstrual e sustentabilidade, dirigido a estudantes do 8º ano.

Foram desenvolvidas ações para desconstruir os tabus que ainda persistem sobre o tema, tocando essencialmente em três pontos:

1. Saúde ligada à menstruação, que contava com a presença de uma médica em todas as sessões, a fim de esclarecer dúvidas sobre ciclo menstrual e questões associadas com o maior rigor científico possível;
2. Pobreza menstrual, levantando o debate sobre igualdade de género e as desvantagens que podem afetar as mulheres durante a menstruação;
3. Sustentabilidade, apresentando as opções de maior durabilidade como, os copos e as cuecas menstruais.

#TodasMerecemos

CORAÇÕES
COM COROA

Helena Viegas aproveitou para reforçar a importância do projeto ter sido desenvolvido desde o início com a escola. Em conversa com a direção e os profissionais de educação, acabaram por perceber a necessidade de contar com a presença de uma assistente social com o objetivo de mediar o diálogo com a comunidade cigana da escola. Sendo assim, Helena Viegas sublinha a importância da construção horizontal, levando em consideração as necessidades específicas de cada realidade. Uma sessão com as mães das raparigas foi igualmente realizada, apresentando diversas opções de produtos com menor custo, a serem utilizados por parte das meninas e desmistificando ideias existentes sobre as mesmas, que muitas vezes fazem com que não sejam usadas as opções mais saudáveis e seguras.

O município de **Lisboa** desenvolveu também o projeto «**Somos os direitos que temos**», em 2016.

Esta campanha teve como objetivos «a **valorização da diversidade através da desconstrução de estereótipos e preconceitos**», tal como «a sensibilização d@s lisboetas para os Direitos Humanos e para a Cidadania Democrática». «A promoção da igualdade é uma obrigação do município», reforçou o vereador dos direitos sociais na altura, João Carlos Afonso. Os vários cartazes, com frases e imagens de pessoas habitantes na cidade com diferentes características a partilhar as suas experiências de discriminação, pretendem comunicar uma pertença alargada à cidade das diferentes identidades e possuem uma mensagem forte de compromisso anti-discriminação por parte do município. As mensagens e a campanha foram realizadas de forma participada, e várias ações de diálogo e sensibilização de diversos atores fizeram parte do processo.



Campanha
«Somos os direitos que temos», Lisboa

Comunicação

CASOS PRÁTICOS

Loures tem vindo a realizar várias iniciativas de arte urbana e um dos murais na Quinta do Mocho aborda esta temática do género: as duas figuras representadas não têm um género definido/ explícito, ambas possuem tons de pele diferentes e, ao lado, está escrita a frase «A união faz a força».

Muitas mulheres participaram nas pinturas dos murais. Todos os meses há visitas guiadas aos bairros, em que o guia indica as pinturas realizadas por mulheres, dando espaço para a comunicação de diferentes perspetivas sobre os bairros. Estas obras permitem ilustrar diversos sentires e representam uma forma de escuta e de visibilidade de diversas vozes.



Miguel Brum



Nomen

Loures é o quinto município com maior número de população estrangeira em Portugal.

Das 19.649 pessoas migrantes a residir em Loures, o maior grupo é oriundo do Brasil (19%); seguido de Cabo Verde (11%), São Tomé e Príncipe (10%), Angola (9%), Guiné-Bissau (9%), Roménia (5%). Essa realidade poderá ser alterada fruto do acolhimento de pessoas ucranianas. Loures afirma-se como um território diverso em termos geográficos e humanos, convivendo contextos rurais e urbanos no mesmo território. A visão de Loures para a interculturalidade assenta na ideia de promover a igualdade de oportunidades, trabalhando na conciliação, no conhecimento e na informação.



No seu Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2020-2022 (PMIM), a cidade desenvolve aulas de língua portuguesa para migrantes, tendo a preocupação de, nestas ações, disponibilizar um serviço de babysitting para que as mulheres possam frequentar as mesmas.

A existência de atos públicos, tomadas de posição claras sobre atos de racismo ou xenofobia e homofobia (por exemplo, hasteando a bandeira LGBTQIA+ no dia do Orgulho LGBT) é algo visto como extremamente importante e comunica os valores pelos quais o município se pauta.

O equilíbrio de género e origem tem sido uma conquista, internamente ao nível dos recursos humanos do município, que já atingiu equidade em termos de cargos de chefia.

Destaca-se ainda a existência de um protocolo com a associação cigana Techari e com a associação Amplos.

O protocolo com a associação Techari tem três eixos: cultura, interculturalidade e educação (com mediadores nas escolas) e habitação. No âmbito do protocolo já foi realizada uma exposição de fotografia intitulada «Nómadas». No dia da inauguração da exposição apresentou-se um grupo de dança de meninas ciganas. A associação é na sua maioria composta por homens, o que não é muito habitual no eixo associativo. No protocolo está acordada uma estratégia comum para assegurar que as meninas frequentam a escola, uma questão à qual o presidente da associação disse perentoriamente que sim.

Eva Bracamontes

Galeria de arte pública, Loures

Comunicação

CATARINA
MARQUES
RODRIGUES

Catarina Marques Rodrigues, uma das nossas oradoras nos webinars promovidos, salientou a falta de representação de mulheres e de pessoas represen-

tes da diversidade sociocultural nos media, tanto nas notícias, como nos cargos de liderança e gestão das organizações mediáticas. Sublinhou ainda que os temas mais recorrentes na representação das pessoas imigrantes e das minorias étnicas residentes em Portugal nas notícias são, por ordem decrescente: crime, integração, prostituição, legalização, violência e trabalho.

Apesar deste cenário, dados mais recentes revelam que os temas da igualdade de género são considerados muito importantes para o público em geral e, em especial, para a geração Z.

A maioria das pessoas inquiridas considera que os media têm progredido nestes temas, mas que ainda há muito trabalho a realizar. A geração Z considera que os media têm um papel importante a desempenhar para aumentar a igualdade de género. Sublinhou que os media transmitem às pessoas imagens que moldam o modo como estas veem o outro, podendo favorecer enviesamentos inconscientes, nomeadamente em relação à aparência, à idade, ao género, entre outros.

62%

das pessoas em Portugal manifestam alguma forma de racismo

De acordo com o último inquérito [European Social Survey](#), 62% das pessoas em Portugal manifestam alguma forma de racismo. Por conseguinte, Catarina Marques Rodrigues sugere que quando escrevemos um texto e queremos garantir que a nossa comunicação está a ser feita de forma correta e inclusiva, devemos responder às seguintes questões:

- Posso estar a ofender alguém?
- Estou a deixar alguém de parte?
- Estou a propagar um estigma ou uma ideia pré-concebida?

Terminou salientando que para uma pessoa tornar-se antirracista tem de passar por um processo, que passa por três zonas: **zona do medo, zona da aprendizagem e zona do crescimento.**

ALICE
MARCELINO

Alice Marcelino, artista visual portuguesa de origem angolana, referiu que o corpo negro é muito policiado pela sociedade, a forma como se veste, como se

expressa... Por exemplo através do cabelo. Uma mulher negra que usa o cabelo de uma forma natural é alvo de vários julgamentos: é artista; é exótica; não é profissional. Como uma mulher negra que já viveu em diversos países

(Portugal, França, Reino Unido, Grécia, por exemplo), Alice Marcelino também abordou as circunstâncias de integração. Expôs que os desafios à integração para uma pessoa negra começam logo no momento da viagem. Antes de viajar para outro país, uma pessoa negra tem de realizar uma pesquisa primeiro para averiguar se é um país em que poderá ser alvo de racismo flagrante, e se há cabeleireiros habilitados a tratar do seu tipo de cabelo, por exemplo.

No campo profissional, o primeiro desafio é a indústria da publicidade ser uma área ainda dominada por homens brancos, estando o sistema desenhado para as necessidades dos homens, desde as oportunidades de trabalho até quem toma as decisões. Ainda, há também uma expectativa que, por ser uma mulher negra, tem apenas uma narrativa - a da opressão que, embora faça parte da experiência de muitos indivíduos negros, não é única e não se aplica a todos, e isso acaba por fechar muitas portas. Finalmente existem pouquíssimas oportunidades para artistas que são também mães. Os homens artistas que também são pais continuam a desenvolver as suas carreiras sem que o facto de terem filhos seja um obstáculo.



Yolanda Tati, jornalista e influencer, partilhou a sua experiência de início de carreira e de maternidade. No início de carreira no campo dos media, enfrentou

algumas barreiras, existindo a percepção generalizada entre agentes de que o seu perfil de mulher negra não seria de uma voz que as pessoas quisessem ouvir, não existiria espaço para a sua voz. Gradualmente esta situação foi mudando e percebeu-se que esse espaço existia mas não estava a ser explorado adequadamente. Yolanda Tati detém uma presença muito significativa nas

redes sociais e, quando se tornou mãe com o seu companheiro, um homem branco, houve muita especulação sobre a cor de pele do bebé, foi isso que mais discussão causou.

Por fim, referiu que sente muitas vezes a sua cor de pele e género como algo que cria de imediato uma expectativa de que será uma pessoa agressiva, uma trabalhadora doméstica ou uma personalidade promíscua, dado ser esta a representação que muitas pessoas fazem das mulheres negras, como se o seu lugar fosse apenas aquele e não pudessem ocupar outros lugares.

O movimento [Black Lives Matter](#) veio alterar o panorama. A partir do momento em que esse debate foi iniciado, as marcas mudaram o seu posicionamento e Yolanda Tati aumentou muito a sua clientela. Quando participou numa campanha publicitária em que num dos momentos usava o cabelo liso, gerou um enorme debate nas redes sociais, sendo criticada por não usar uma afro. A conclusão a que chegou foi que as mulheres negras são tão pouco representadas que a partir do momento que surge uma mulher negra ela tem de representar todas as mulheres negras - "tem de usar afro". Ainda não se chegou ao ponto em que uma mulher negra pode ser o que quiser e usar o cabelo como quiser.

Nos media portugueses ainda há uma longa luta pela frente para se conseguir uma maior representatividade, em particular na TV.

É relevante a luta por uma maior representatividade na TV, dado o peso que este meio de comunicação ainda tem na vida das pessoas em geral - ainda é um meio de comunicação muito influente.

Comunicação

SÓNIA
MATOS

Sónia Matos referiu o acesso à informação como essencial para a integração plena das mulheres ciganas. O rendimento social de inserção (RSI) alterou o

cenário: permitiu sonhar, permitiu dar o salto. As redes sociais também geraram importantes mudanças na comunidade cigana. As jovens da comunidade utilizam muito os telemóveis e as redes sociais. Isso possibilita-lhes falar com os rapazes com quem vão casar antes do casamento, o que não acontecia antes.

É necessário o pensamento da comunidade majoritária alterar-se, a situação da comunidade cigana só se vai alterar quando isso acontecer. É preciso que haja também vontade por parte da sociedade de dar representatividade à comunidade cigana. Se há desigualdades entre homens e mulheres na comunidade majoritária, na comunidade cigana ainda são maiores. As mulheres ciganas casam, em geral, mais jovens que as mulheres não ciganas, colocando-se muito cedo o problema da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

LÚCIA
VICENTE

Lúcia Vicente, autora, atriz e contadora de histórias, referiu que tem desenvolvido trabalho ao nível literário em duas vertentes: literatura dedicada às crianças e literatura dedicada à

educação das crianças em igualdade de género e racismo. Considera que educar as crianças desde tenra idade através da linguagem é muito importante, pois quanto mais cedo as crianças ouvirem uma linguagem inclusiva, mais cedo podem contribuir para a mudança.



Livro *Raízes Negras*,
de Lúcia Vicente

O seu recente livro *Raízes Negras* conta as histórias de personagens negras da história de Portugal e do Mundo, nomeadamente Mulheres. “Dar visibilidade a essas histórias é um meio de combater a invisibilidade e promover a representatividade.”

Na mesma linha, o projeto [“Wiki Loves Women”](#) recolhe contributos para uma maior representatividade de Mulheres de origem Africana na Wikipedia, tendo constatado que existia uma clara discrepância entre o número de homens e mulheres citados pela plataforma e, ainda mais evidente, a grave ausência de referências a África, em geral, e a importantes Mulheres Negras da história, em particular.

MARGARIDA
PACHECO

Margarida Pacheco recordou o momento em que, durante uma aula de mestrado, uma professora perguntou a uma das suas colegas qual era a sua nacionalidade. A colega respondeu “portuguesa”. A professora insistiu que tinha de ter um país de origem, que os seus pais tinham de ter um país de origem. A colega respondeu que a nacionalidade e o país de origem era Portugal. Todos os colegas ficaram sem reação perante a situação.

A professora insistiu que tinha de ter um país de origem, que os seus pais tinham de ter um país de origem. A colega respondeu que a nacionalidade e o país de origem era Portugal. Todos os colegas ficaram sem reação perante a situação.

Margarida Pacheco considera que este episódio remete para a violência estrutural que acontece diariamente nas escolas e não só.

Acesso

O acesso a serviços é essencial para o exercício pleno e usufruto da cidadania.

Este acesso é muitas vezes condicionado por diversos fatores, muitos deles não intencionais, mas decorrentes de uma visão etnocêntrica que, como seres humanos, tende a moldar a nossa forma de ver o Mundo.

O uso de um determinado serviço pode ser total ou parcialmente vedado por motivos de falta de informação, diferenças linguísticas, mal entendidos de origem cultural e/ou religiosa, e/ou por uma série de assunções sobre o comportamento e compreensão da parte de quem atende.

Como vimos acima, o domínio de competências interculturais, que inclui a comunicação intercultural, será muito importante para apoiar o desenvolvimento de uma visão menos etnocêntrica e mais relativista, fomentando uma maior abertura para que as pessoas possam pensar e agir de forma diferente.

Essencialmente, é necessário assumir que as necessidades e motivações que cada pessoa apresenta podem ser muito diferentes umas das outras (independentemente de partilharem determinada geografia, religião ou língua) e podem ser muito diferentes das suas necessidades e motivações numa situação semelhante.

Não nos é possível verdadeiramente apreender o que é estar no lugar de outra pessoa, pois não partilhamos a mesma história de vida, as mesmas referências culturais, os mesmos valores, nem as mesmas necessidades. O que é óbvio para mim não é necessariamente óbvio para a pessoa que tenho à minha frente.

Conseguir um atendimento que revela verdadeira empatia começa pela compreensão destes fatores, e assume uma postura de escuta e flexibilidade, como visto acima. Esperamos, não só, que a pessoa que nos chega se ajuste ao sistema, mas disponibilizamo-nos para ajustar o sistema às pessoas. A inclusão faz-se de diálogo e entendimento, reconhecendo que nem sempre as nossas respostas são o que a pessoa necessita.

CYNTHIA
DE PAULA

Cynthia de Paula, presidente da Associação Casa do Brasil, refere-nos os relatórios do projeto **Migra Myths**, onde aparecem muitos relatos de discriminação

nos serviços públicos. Em particular, as dificuldades de acesso, nomeadamente ao Serviço Nacional de Saúde, são muito mencionadas pela população migrante.

A discriminação, principalmente das mulheres migrantes, é sentida em diversas áreas. A saúde é onde aparecem mais relatos de discriminação, de situações de assédio e de dificuldades devido à barreira da língua. Em relação ao atendimento pelo SEF, há relatos de

Acesso

xenofobia, racismo e denúncias de dificuldades no processo. Há relatos que sublinham que na Segurança Social e nos Serviços de Finanças, muitas vezes, a pessoa responsável pelo atendimento desconhece os procedimentos. Até uma pessoa obter uma autorização de residência encontra-se muitas vezes num limbo, situação que aumenta a sua vulnerabilidade - não denunciam porque têm medo, receiam ser alvo de deportação porque estão numa situação vulnerável. Se as pessoas migrantes são vítimas de um crime e encontram-se numa situação irregular, não denunciam, pois receiam a retaliação.

A **Casa do Brasil** criou também o projeto **"Informa em Ação"** desenvolvido por meio de um processo participativo que contou com o envolvimento de profissionais de diversas áreas e pessoas migrantes. O resultado foi a elaboração dos seguintes guias informativos, criados em parcerias com o GABIP - Almirante Reis (Município de Lisboa e Fundação Aga Khan Portugal), o Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central e o GAT - Grupo de ativistas em tratamento:

- [Guia para a Gravidez e o Pós-parto em Portugal;](#)
- [Guia sobre a Importância do Bem-estar na Saúde;](#)
- [Guia para a Participação Migrante nas Políticas e Entidades de Saúde.](#)

A associação fez a escolha de trabalhar apenas com mulheres e disponibilizar os materiais em 6 línguas: bengali, francês, inglês, mandarim, nepali e português, sendo que a tradução foi realizada por pessoas da própria comunidade, considerando as diferenças culturais, para que o material se adequasse à realidade.

Em relação à acessibilidade, que pode ser compreendida como o acesso de facto, ou seja, um acesso digno que proporcione os cuidados adequados, o idioma foi citado como um grande dificultador.

TERESA
VIEIRA

Teresa Vieira falou sobre a complexidade da linguagem médica, que se torna um entrave grave quando levamos em consideração pessoas com baixo

grau de instrução e que, portanto, **“é necessário um atendimento individualizado”**. As pessoas que trabalham em saúde deverão ajustar a sua comunicação a quem desejam passar a mensagem, para que sejam totalmente compreendidas.

Ainda, torna-se necessário ter conhecimento sobre as diferentes práticas culturais e refletir sobre preconceitos existentes, que podem levar, por exemplo, a situações graves com mulheres grávidas.

 TERESA VIEIRA
E CÁTIA RAMOS

Teresa Vieira e Cátia Ramos sublinham a importância do desenvolvimento de projetos que ampliem o conhecimento sobre o «outro» para a classe médica.

Estas formações devem acontecer, inclusive, dentro das próprias universidades, para que as pessoas estudantes entrem mais bem preparadas para o mundo do trabalho e para que a sua prática não seja influenciada por preconceitos que podem levar à discriminação, como é o caso de profissionais que fazem o destaque informal, em fichas de pacientes, com a indicação da etnia.

A melhoria na formação das pessoas que trabalham na parte administrativa dos centros de saúde, foi um ponto referido por todas as nossas convidadas, bem como a necessidade de se investir em conhecimento sobre os diferentes grupos que habitam em Portugal, a fim de promover a construção de equipas médicas mais empáticas, respeitosas e capazes de lidar com a interculturalidade.

Algumas cidades criaram **serviços de atendimento geral à população** com formatos itinerantes, usando carrinhas que se deslocam rotativamente a diferentes zonas geográficas, nomeadamente as mais remotas, onde vivem mais pessoas com dificuldades de mobilidade, com menos transportes, etc.. Outros serviços criaram horários de atendimento prolongados uma vez por semana por forma a abranger pessoas que possam não ter disponibilidade durante o horário laboral geralmente praticado (por exemplo, uma vez por semana está aberto até às 20:00 ou a partir das 7:00, e/ou ao sábado).

Acesso

CASOS PRÁTICOS

Beatriz Padilla referiu que o Centro de Saúde (pertencente ao Serviço Nacional de Saúde público) na Venda Nova, Amadora, criou um serviço móvel de atendimento onde era prestado apoio ao nível da saúde materna e infantil, saúde reprodutiva, apoio na marcação de consultas, seguimento de casos identificados, ações de sensibilização específicas para o território em causa, etc.

Esta prática foi descontinuada porque foi adotada uma estratégia de mais descentralização por parte do Serviço Nacional de Saúde, com a existência de centros mais próximos das diferentes localidades. O Hospital Fernando da Fonseca, na Amadora, criou um serviço móvel semelhante e o Município da Amadora implementou o projeto «Passa Palavra» dirigido a pessoas sem-abrigo.

Joana Canedo falou-nos da **associação GAT em Lisboa**, que promove o projeto MANAS: grupos de autoajuda, centrados em experiências artísticas e de bem-estar, como forma de potenciar a inclusão e a redução das situações de violência baseada no género.

Estes grupos, dirigidos a mulheres e pessoas não binárias ou queer, podem incluir pessoas que usam drogas e/ou são pessoas trabalhadoras do sexo, sejam mães, desempregadas, apresentem questões de saúde mental ou deficiências, de diferentes idades e origens, algumas tendo experienciado situações de sem abrigo e pertencendo a grupos racializados. O objetivo é criar um espaço seguro de encontro e partilha através de metodologias participativas.

Pretende-se alimentar o sentimento de pertença à cidade e ao bairro, assegurando o acesso a direitos, a assunção de responsabilidades e o usufruto de uma plena cidadania. Para tal, é promovido o debate e aprendizagem sobre temas como Igualdade de Género, Equidade e não discriminação, Saúde, Violência, Uso de Substâncias, Legislação e Apoio Jurídico, Trauma e cuidados de saúde mental, Assédio sexual e Moral, entre outros, com vista a potenciar estratégias de gestão de situações de opressão e discriminação, bem como fazer a ponte entre as pessoas e as estruturas de apoio (como centros de saúde, etc.). As suas iniciativas resultaram num aumento de inserção das pessoas envolvidas em respostas sociais, de habitação e de saúde, aumento do sentimento de suporte entre pares, maior acesso a bens essenciais, aumento da perceção de bem-estar, entre outros.

O município de **Oeiras** criou um guia de acolhimento especialmente dedicado à Saúde e Migrações, com informações úteis sobre direitos e obrigações, bem como sobre os recursos existentes e como aceder aos mesmos. O guia encontra-se nos recursos a seguir.



“Guia de acesso de imigrantes à Saúde - Direito e Recursos”

Resumo

Em suma, todos nós desempenhamos um papel importante na criação de um mundo mais inclusivo no que diz respeito às questões de género e interculturalidade.

Todos devemos estar mais conscientes e ser mais críticos acerca dos nossos pensamentos, palavras e ações, visto que influenciam a nossa cultura e a mentalidade das próximas gerações. Desenvolver o pensamento crítico sobre estes tópicos começa com uma reflexão simples: reconhecemos a diferença porque somos diferentes entre nós.

Deixamo-vos com os conselhos e recomendações adquiridos durante a realização deste projeto, alguns alertas e algumas ideias práticas que podem ser implementadas para desenvolver iniciativas e políticas públicas que consideram a variante do género e as suas diferentes nuances consoante as pertenças identitárias e étnico-culturais de cada Mulher.

Reforçamos a ideia de que um plano municipal para a interculturalidade deve sempre contemplar uma dimensão interseccional, assumindo que as experiências de cada pessoa podem variar muito de acordo com as suas diferentes características.

Aqui fica um resumo das nossas recomendações:

1. Diálogo, Questionamento e Escuta

Apenas com o envolvimento direto de todas as pessoas pode ser atingida esta integração plena. «Quem poderá estar a ficar de fora?», «Que vozes não estão a ser ouvidas?».

2. Competências Interculturais

É crucial que quem trabalha num serviço público desenvolva este tipo de competências.

3. Interseccionalidade

Nenhuma pessoa ou pequeno grupo representa todo um grupo.

4. Flexibilidade

As políticas e iniciativas promovidas devem ter capacidade para ajustar-se a diferentes realidades.

5. Comunicação

É importante escutar as pessoas e comunidades, mas também manter as pessoas informadas e cientes do que está a acontecer.

6. Acesso a serviços

É essencial para o exercício pleno e usufruto da cidadania

Recursos

Referências

- Abu-Lughod. L. (2013) ["Do Muslim Women need saving?"](#), Harvard University Press
- Casa-Nova, M.J. (2014) "Thinking about Difference: some notes on the role of social scientists and transformative intellectuals" in Gaby Franger (2014) *Roma Rights and Discrimination: the pursuit of reflective social and educational work*, Paulo Freire Verlag, Oldenburg
- Casa-Nova, M.J. (2011), ["Etnografia e Produção de Conhecimento: Reflexões Críticas a Partir de Uma Investigação com Ciganos Portugueses"](#), Etnográfica, CRIA
- Casa-Nova, M.J. (2006), ["A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional"](#). Revista Interações
- Ferreira, V. 2022 ["Promoção de Igualdade na Investigação e Academia"](#), Projeto Supera
- Ngozi-Adichie, Chimamanda (2009), *Todos devemos ser feministas*, Dom Quixote
- Telega-Soares, N. (2014) "E ouviram-se as vozes de mulheres africanas..." O feminismo africano e a escrita de Chimamanda Ngozi Adichie - ["Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura"](#), UNL.
- Porto Editora - «Feminismo» no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-10-21 07:08:27]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/feminismo>
- Kilomba, G. (2019), *Memórias da Plantação: episódios de racismo quotidiano*, Orfeu Negro
- SEF, (2021) ["Relatório de imigração, fronteiras e Asilo"](#)
- ["Prevenir a violência, Construir a Igualdade"](#), UMAR
- Coord. Dissens e.V., Berlin Germany, (2011) "Handbook on Intersectional Peer Violence Prevention", Chapter 3 - ["Intersectionality and violence prevention - an introduction"](#)
- [European Social Survey | European Social Survey \(ESS\)](#)

Livros Infantis

- Cardoso, Paula - Livros ["Força Africana"](#)
- [Ferrari, Pri](#) (2018) - *Coisas de menino e Coisas de menina*, Companhia das Letrinhas
- Ngozi-Adichie, Chimamanda (2012) - *Todos devemos ser feministas*, Lisboa: Dom Quixote (versão infantil)
- Vicente, Lúcia (2021) - *Raízes Negras*, Nuvem de Tinta.

Outros

- Relatório [“Experiências de Discriminação em Portugal”](#), projeto Migra Myths, Casa do Brasil de Lisboa, 2020
- “Educação escolar, minorias e oportunidades de vida” - Maria José Casa-Nova, ([Scholl Education, Minorities and Life Opportunities, Maria José Casa-Nova - Livro - Bertrand](#))
- [“Migração, maternidade e saúde”](#), Maria Natália Ramos, 2012, Repertório, Salvador n.º18, pp. 84-93
- [“Saúde para tod@s”](#) - Guia de acesso de imigrantes à Saúde - Direito e Recursos” Município Oeiras
- Resumo prática Bilbao [“Educação para a Transformação Social”](#) - em inglês
- Resumo prática Bilbao [“Educação para a Transformação Social”](#) - em francês
- Guias Bilbao mencionados no texto: [Bilbao.eus, Áreas Municipales, Cooperación, Convivencia y Fiestas, ¿En qué consiste?](#)
- [Unidade móvel presta apoio domiciliário de saúde a crianças e jovens de Sintra e Amadora | PIPOP - Portal de Informação Português de Informação Pediátrica PIPOP - Portal de Informação Português de Informação Pediátrica](#)
- Município da Amadora reforça intervenção na área das pessoas em situação de sem abrigo | Projeto Passa a Palavra ([cm-amadora.pt](#))
- Guia para uma [linguagem neutra de género ou linguagem humanizada](#)
- Guia [Linguagem Inclusiva](#)
- Guia para [orçamentos sensíveis ao género](#)
- [Guia para a Gravidez e o Pós-parto em Portugal](#) (PT); [Guidelines for pregnancy](#) (ENG)
- [Guia sobre a Importância do Bem-estar na Saúde](#) (PT); [Health - the importance of wellbeing](#) (ENG)
- [Guia para a Participação Migrante nas Políticas e Entidades de Saúde](#) (PT); [Guide for migrant participation in health](#) (ENG)

Podcasts

- Podcast [“Portugal Plural”](#), RPCI (3 episódios sobre o tema “Género e Interculturalidade”)

Cursos online e recursos formativos gratuitos

- Curso [“Competências Interculturais”](#), INA, 2022
- Recursos sobre [Competências Interculturais](#), Conselho da Europa, programa Cidades Interculturais
- Curso [“Diversidade e Inclusão”](#), Fundação Aga Khan Portugal, 2021

Sites

- Rede Portuguesa das Cidades Interculturais – #WeTogether #ICCities #cidadesinterculturais
- <https://www.acm.gov.pt/inicio>
- [ARTTHEMIS+ \(umarfeminismos.org\)](http://umarfeminismos.org)
- Projeto Afrolink: [Home - Afrolink](#)
- Site [cidade Bilbao](#)
- Site associação [GAT – GRUPO DE ATIVISTAS EM TRATAMENTO – A Bairros](#)
- [Casa do Brasil de Lisboa](#)
- AMUCIP - Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas: [Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas - AMUCIP \(weebly.com\)](#)
- Projeto Migra Myths: [\(20+\) Migra Myths - Desmistificando a Imigração | Facebook](#)
- Projeto [Gender Calling](#) (Catarina Marques Rodrigues)
- [Yolanda Tati \(@yolanda.tati\) • fotos e vídeos do Instagram](#)
- Site [Alice Marcelino](#)
- [Arte Publica Loures \(cm-loures.pt\)](#)
- Site Campanha [“Somos os Direitos que Temos”](#), Câmara Municipal de Lisboa
- [Projecto Ciga Giro E8G \(facebook.com\)](#) - Vila Verde
- [Home - ACAS Sintra](#)
- [Home - Rosa Moniz](#)
- [Beatriz Padilla - Publicações e Citações - Ciência-IUL - ISCTE-IUL](#)
- [#TodasMerecemos “A Menarca Vai à Escola” \(coracoescomcoroa.org\)](#)
- [Welcome - Wiki Loves Women](#)
- [Home - Black Lives Matter](#)
- [Cátia Semedo Ramos \(@catiasemedoramos\) • fotos e vídeos do Instagram](#)
- [CLIP Recursos e Desenvolvimento | Recursos e Desenvolvimento \(cliprd.org\)](#)

Vídeos

- Documentário “6 Women, 1 Seed”: https://youtu.be/poWm_MlATm4 - Lisboa, GAT
- https://www.youtube.com/watch?v=3-Kmfa8_uMs - Bilbao
- <https://www.youtube.com/watch?v=zeaT0TvsfAQ&t=10s> - Bilbao
- <https://www.youtube.com/watch?v=vy-64l4ca5U> - Bilbao
- [Nós Deveríamos Todos Ser Feministas Chimamanda Ngozi Adichie para TEDxEuston - YouTube](#)
- [Mulheres recebem reformas 40% mais baixas que os homens - SIC Notícias \(sicnoticias.pt\)](#)



APOIOS

ESTE GUIA FOI PRODUZIDO COM O APOIO
FINANCEIRO DO PROGRAMA CIDADES
INTERCULTURAIS, CONSELHO DA EUROPA

